

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Monografia

**Limites e possibilidades no trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela
mineração/barragens**

MONIQUE PINTO FERNANDES CAMINI MELO

**MARIANA/MG
2023**

MONIQUE PINTO FERNANDES CAMINI MELO

Limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração/barragens

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique Miranda Horst

Mariana/MG
2023



FOLHA DE APROVAÇÃO

Monique Pinto Fernandes Camini Melo

Limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração/barragens

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 11 de Maio de 2023

Membros da banca

Doutorado - Claudio Henrique Miranda Horst - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Mestrado - Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - Universidade Federal de Ouro Preto

Claudio Henrique Miranda Horst, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/07/2023



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Miranda Horst, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/07/2023, às 23:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0555414** e o código CRC **57ABD727**.

AGRADECIMENTOS

Foi um longo caminho de vivências inesquecíveis até aqui. Estar nesse lugar sempre foi o meu sonho e nunca imaginei que seria tudo o que eu precisava para o meu amadurecimento e crescimento. Por tudo isso, agradeço à minha mãe, por ser a maior incentivadora dos meus sonhos, maior admiradora dos meus feitos e maior parceira que eu poderia ter! Agradeço também ao meu pai, que me deu a liberdade de viver isso e não negou esforços para minhas conquistas. À Nicole, por ser o amor da minha vida e maior refúgio, que está comigo em todos os momentos e me faz sentir protegida onde quer que eu esteja. À Vó Tita, por ser meu bem mais precioso. À minha Madrinha Carminha e Padrinho Geraldo, por me ensinarem a enxergar as pessoas com um olhar do coração. Aos meus primos, que sempre serão como irmãos e aos meus tios, que são inspiração.

Sem a UFOP eu não teria evoluído tanto pessoal e profissionalmente, saio daqui pronta para me tornar uma profissional crítica, propositiva e comprometida. Um agradecimento ao DESSO pelo ensino público de qualidade e pela experiência que nenhum outro lugar me traria. E, por tornarem as idas ao ICSA mais leves, agradeço às minhas companheiras de graduação: Ana e Stefany.

Agradeço a todos/as professores/as que contribuíram com meu processo de formação, em especial ao Claudio Miranda Horst, por ter me orientado com tanto carinho. Como eu o disse uma vez, suas orientações são como terapias, e isso fez com que esse processo fosse muito mais leve. Obrigada por ser fonte de inspiração!

Agradeço a Dani, Joyce, Grazi e Sabrina por me acolherem na equipe técnico social e me ensinarem a atuar com uma visão crítica e ética. Agradeço também à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação por ter me acolhido como primeiro espaço de atuação e feito com que eu me identificasse tanto na área.

Por fim, agradeço a família Volkana por ser lar e me ensinar sobre compromisso, comprometimento e amor eterno, em especial à: Saby, Sabatina, Junin, Leza, Chuck, Lorota, Opala, Thatinha, Capataz, Bruna, Tati e Catarina, vocês são família, amo cada uma! À Brasa, pela irmandade e conexão de alma. À Megafone e RPM, por estarem em todos os momentos da melhor forma. À Precipitada e Doula, por trazerem felicidade e esperança. À Bisa, Hostel, Ingrid, Dick e Ana, sou muito feliz por ter vocês como parte da nossa história.

Passar por aqui foi aprender a sorrir... e as coisas que estão por vir são melhores do que as que já foram.

Aos anos que vivi em Ouro Preto, minha eterna gratidão.

"O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões [...]. A crítica colheu nas algemas as flores imaginárias, não para que o homem suporte as amarras sem cuidado ou conforto, mas para que lance fora as algemas e colha a flor viva." (Karl Marx)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens, particularmente em Mariana - MG, a fim de contribuir para um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político. Como objetivos específicos, buscamos: refletir sobre a relação entre capitalismo, mineração e a realidade da formação sócio histórica de Mariana a fim de desvendar as determinações da minério dependência no território; refletir sobre o trabalho de assistentes sociais junto às populações atingidas direta e/ou indiretamente pela mineração/barragens a fim de construir estratégias no exercício profissional; analisar a produção teórica sobre o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração/barragens a fim de contribuir para respostas profissionais junto ao trabalho com atingidos mediado pelo Projeto Ético Político. O método que nos guiou neste trabalho foi o materialista histórico dialético. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com ênfase qualitativa. Analisados a partir da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados apresentam os limites, dilemas e possibilidades no trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos pela mineração/barragens. Chegando assim, a significativas possibilidades de trabalho em territórios atingidos por mineração/barragem como: o compromisso ético-político com a qualificação profissional permanente; a articulação junto aos movimentos sociais; a participação em espaços, momentos e lutas organizados pelos atingidos; o planejamento das ações e projetos nos territórios com vistas a preparar para possíveis desastres; o pressuposto da perspectiva de totalidade; a intervenção/acompanhamento continuado.

Palavras-chave: Serviço Social, Mineração, Barragens, Calamidade, Atingidos.

ABSTRACT

The present work has the general objective of analyzing the limits and possibilities of the work of social workers in territories affected by mining and/or dams, particularly in Mariana - MG, in order to contribute to a professional exercise committed to the ethical and political project. As specific objectives, we seek to: reflect on the relationship between capitalism, mining and the reality of Mariana's socio-historical formation in order to unravel the determinations of ore dependency in the territory; reflect on the work of social workers with populations directly and/or indirectly affected by mining/dams in order to build strategies in professional practice; to analyze the theoretical production on the work of social workers in territories affected by mining/dams in order to contribute to professional responses along with the work with those affected mediated by the Political Ethical Project. The method that guided us in this work was the dialectical historical materialist. This is a bibliographical research, with a qualitative emphasis. Analyzed using the thematic content analysis technique. The results show the limits, dilemmas and possibilities in the work of social workers with those affected by mining/dams. Thus, reaching significant possibilities for work in territories affected by mining/dams, such as: the ethical-political commitment to permanent professional qualification; articulation with social movements; participation in spaces, moments and struggles organized by those affected; the planning of actions and projects in the territories with a view to preparing for possible disasters; the presupposition of the perspective of totality; the intervention/continued follow-up.

Keywords: Social Work, Mining, Dams, Calamity, People Affected.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Avaliação de Impactos no Meio Físico - Implantação, Operação e Fechamento....	30
Figura 2: Avaliação de Impactos no Meio Biótico - Implantação, Operação e Fechamento...	30
Figura 3: Avaliação de Impactos no Meio Socioeconômico - Implantação, Operação e Fechamento.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: TCC's do curso de Serviço Social que abordam a questão minerária.....	17
Quadro 2: Produções bibliográficas sobre o trabalho de assistentes sociais com atingidos/as como objetivo/horizonte/papel de assistentes sociais frente aos crimes de rompimento de barragens.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANM - Agência Nacional de Mineração

ARSH - Avaliação de Risco à Saúde Humana

BHP - Broken Hill Proprietary

CABF - Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial

CAPSij - Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CREAS - Centros de Referência Especializados em Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MAM - Movimento dos Atingidos por Mineração

NAS - Núcleo de Assistência Social

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONG - Organização Não Governamental

PEP - Projeto Ético Político

PIB - Produto Interno Bruto

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TTAC - Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

UFAS - Unidades de Formação

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: CAPITALISMO, TERRITÓRIOS E MINERAÇÃO: a cidade de Mariana e a dinâmica da minério dependência.....	24
1.1 Capitalismo, território e os impactos da mineração.	
CAPÍTULO 2: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO/BARRAGENS: limites e possibilidades.....	44
2.1 O Serviço Social na contemporaneidade.....	44
2.2 Dilemas, limites e possibilidades no trabalho junto aos atingidos por barragens: construindo estratégias e táticas na perspectiva do projeto ético-político.....	48
2.3 Construindo estratégias e táticas a partir dos dilemas e possibilidades.....	63
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema principal o trabalho de assistentes sociais em territórios de conflito socioambiental a partir de uma reflexão crítica das possibilidades de trabalho junto às/aos atingidas/os pela barragem de Fundão em Mariana - MG.

O interesse pelo tema deste TCC surgiu em 2022, quando estava estagiando na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Ouro Preto, onde tive um breve contato com pessoas convivendo em áreas ameaçadas pelo rompimento de uma barragem no distrito de Antônio Pereira. Durante essa experiência, acompanhei a remoção de uma família que residia e resistia em área que a mineradora Vale S.A. havia evacuado, devido ao risco de emergência de nível 2 de rompimento da Barragem de Doutor em 2020, na mina Timbopeba.

Naquele momento surgiram em mim várias inquietações, ao observar o trabalho de assistentes sociais, tanto da Vale S.A. quanto da prefeitura de Ouro Preto, durante a remoção. Não conseguia identificar durante esse processo as estratégias claras para atuar viabilizando o acesso a direitos sociais dos usuários, como prevê o Art. 8º do Código de Ética Profissional, alíneas C e D:

O profissional deve “contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária” e “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais (CFESS, 2011, p.31).

Somente a experiência no estágio não foi suficiente para que eu respondesse às tantas perguntas que afligiam a minha mente naquele momento. Qual o papel da/o assistente social em situações de crimes ambientais? O que particularizam as ações sociais nesses territórios? Como é garantida a autonomia relativa de assistentes sociais na assessoria técnica? Quais estratégias os profissionais têm acionado mediante as expressões da “questão ambiental” e “questão social” correlacionadas neste território?

Em outro momento, a partir da inserção no Projeto de Extensão “Construindo o diagnóstico socioterritorial de Mariana - MG”¹, passei a analisar o modo de produção e reprodução da cidade de Mariana, surgindo assim novas indagações sobre o processo de formação social e de seu espaço como mercadoria. A partir daí surgiu o interesse em focar

¹ O projeto de extensão tem como objetivo contribuir para a análise socioterritorial da cidade de Mariana/MG, a fim de possibilitar a proposição de novas ações no campo das políticas sociais, destacando-se a produção de conhecimento; estratégias para atender as demandas sociais da população; e o estímulo à organização popular coletiva. Trata-se de uma parceria entre o departamento de Serviço Social da UFOP e o serviço de Vigilância socioassistencial da prefeitura municipal de Mariana.

nessa região, a fim de entender o território em que os atingidos dali estão inseridos e como, a partir da formação sociohistórica desse território, surgem as expressões da “questão social” associadas à “questão ambiental”. ‘Solo’ onde se desenvolve e se materializa o exercício profissional de assistentes sociais.

Mariana fez parte de meus quatro anos de graduação e durante grande parte dessa formação acadêmica tive pouco contato direto e atinado com a questão do crime e das marcas que a lama, também invisível, deixou no município. Quando comecei a buscar mais sobre, entendi por meio de Mascarenhas (2019) que “*os atingidos somos todos nós e a quem direcionamos o nosso serviço*”. Essa afirmação foi uma marca importante para desejar que mais conhecimento seja divulgado sobre a área de trabalho, visando contribuir também para a formação de discentes de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, que estão imersos nesse território e devem se reconhecer, também, como atingidos pela mineração, ainda que não ‘diretamente’ (MASCARENHAS, 2019).

Em suma, convém ressaltar que o presente TCC se vincula à linha de pesquisa intitulada: “O Trabalho de Assistentes Sociais em Territórios Atingidos pela Mineração/Barragens”, conduzida pelo professor Claudio Horst, do departamento de Serviço Social da UFOP.

O trabalho de assistentes sociais com atingidos de barragens em Mariana se iniciou a partir do momento em que a barragem de Fundão se rompeu. Tanto nos serviços da rede socioassistencial do município, como também nas assessorias técnicas independentes, bem como nas empresas mineradoras. Ainda que inicialmente uma grande frente humanitária foi a resposta imediata ao crime:

Quando houve o rompimento, várias entidades vieram aqui, atuar, de forma emergencial, como ação humanitária, a OAB, coletivo Margarida Alves, e uma série de entidades, o movimento de barragens e nós, a Cáritas, que também veio como uma entidade que presta serviços humanitários para ajudar, na locação das famílias etc. (ENTREVISTADO 4, em entrevista concedida à autora no dia 12 de nov. de 2021) (NUNES, 2021, p. 38).

As equipes socioassistenciais da região atingida pela lama não estavam preparadas com um Plano Emergencial de atuação para a situação de rompimento da barragem, portanto, a partir desse momento surgiu um desafio em toda a rede, que estava mobilizada para enfrentar os desdobramentos causados, mas sem uma estrutura e organização. No que tange as/os assistentes sociais as dificuldades em relação a responder novas demandas advém de diversos determinantes:

[...] as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas

fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde a realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais “seguros” e mais “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições – por isso e muito mais, é frequentemente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996, p. 111).

O primeiro contato com atingidos se efetuou emergencialmente em um momento de violação de direitos e desproteção social ainda mais intenso do que o vivido pelas famílias anteriormente ao rompimento, o que exigia ainda mais preparo na atuação. O trabalho aconteceu na forma burocratizada dos cadastros dos atingidos para reparação integral e encaminhamento a locais seguros. A partir desse momento as/os assistentes sociais perceberam como a atuação estava pautada na imediatividade. Apreender a totalidade das famílias atingidas era um desafio durante o caos que se formava.

Os/as profissionais enfrentaram desde o início uma série de limites e desafios que colocam em xeque a autonomia relativa, impondo dificuldades para atuar de acordo com as normas da profissão e se depararam com inúmeras interferências de todos os lados, por meio de políticos, voluntários e empresas.

Convocados(as) pelo dever ético-político, os(as) assistentes sociais da região de Mariana se apresentaram para participar dos primeiros atendimentos à população atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão. No mesmo momento, os leigos se voluntariaram imbuídos pelo espírito de solidariedade e compaixão, ocupando a Arena², desejosos por ajudar. O que se presenciou no espaço improvisado de acolhimento às vítimas foi uma intensa demanda pela ação profissional no cadastro dos sobreviventes, desaparecidos e falecidos; no acolhimento e orientação dessas vítimas e de seus familiares. E, posteriormente, no acompanhamento e encaminhamento necessários ao acesso aos “direitos dos atingidos”. (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2022, p. 107)

O conservadorismo ainda presente na profissão foi posto em evidência. A população, as autoridades e as empresas demonstram total desconhecimento das atribuições da profissão, atrelando-as às tradições cristãs e liberais. A/o assistente social ali convocada/o era tida/o como um voluntário, enquanto enfrentava o desafio das *“condições socioprofissionais a exigir dos(as) profissionais “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social [a fim de possibilitar] a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social”* (ABEPSS, 1996, p. 6, apud. CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023, p. 107).

² Os atingidos diretamente pela lama foram levados imediatamente para a Arena, o ginásio poliesportivo da cidade de Mariana, local no qual foram organizados para receber as primeiras ações de suporte emergencial ao desastre.

O trabalho de assistentes sociais em territórios com conflitos socioambientais acontece atrelado à busca de justiça ambiental, que tem em seu conceito definido pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2009) a busca de “denunciar a lógica que define os locais onde serão instalados os grandes empreendimentos de mineração e as barragens das hidrelétricas [...]” (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010, p.68, apud. NUNES, 2021, p. 36). O ideal seria que este trabalho fosse realizado desde o momento em que os empreendimentos minerários demonstraram interesse em se apossar dos territórios daquele povo, pois nesse contexto a população já se encontra em situação de atingida pelas consequências da execução das obras, mas o trabalho aconteceu de forma imediata aos desastres.

Na região de Mariana, quando a mineração do ouro se instaurou durante o período colonial, assunto que será aprofundado no primeiro capítulo deste trabalho, pouco se pensava nos danos e o maior interesse estava, e ainda está - hoje com a mineração de ferro-, no movimento do capital internacional. Para Graciano Junior (2007), o período do ouro marcou a primeira fase do desenvolvimento de Mariana. A mineração de ferro, se instaurou no município a partir da década de 1960, dando continuidade à extração minerária predatória e ao desenvolvimento da região em torno da economia mineral.

É importante, nesse processo, apreender que em toda a história da mineração brasileira as disputas políticas estavam presentes. Destaca-se, nesse sentido, que os que buscaram no país suas riquezas, conhecendo todo seu potencial, extraíram o ouro e o ferro, ao mesmo tempo em que deixaram à miséria os trabalhadores das minas. Quando falamos em mineração hoje e na riqueza monetária produzida por ela, os valores são astronômicos e não deveriam justificar o contingente de pobreza das cidades que sofrem a extração, em particular, Mariana, caso estudado aqui (CARMO, 2022, p. 33).

O alto potencial econômico da mineração é capaz de proporcionar à população elevado desenvolvimento econômico e social, mas no capitalismo o lucro se centraliza na mão de uma reduzida parcela da sociedade. “*Mariana, como uma cidade mineradora com grande potencial de geração de riqueza, deveria apresentar, para os entusiastas do capitalismo, proporcional condição de vida ao conjunto dos trabalhadores, mas isso não acontece*” (CARMO, 2022, p. 34). A miséria, bem como a sobrecarga nos serviços públicos - incluindo socioassistenciais - cresce de acordo com a centralização de renda.

A minério-dependência se faz presente econômica e socialmente na história de Mariana e de toda a população que vive e viveu neste território. A partir do modelo de mineração acontece uma *alteração no modo de vida* das comunidades - seja direta ou indiretamente pela lama, aqui entendemos que toda a população que habita o território em torno dos empreendimentos é tida como atingida. Mascarenhas (2023) fala sobre a alteração do modo de vida na região que ficou mais visível após o rompimento da barragem:

Embora ela possa ser melhor observada após o crime de ruptura de barragem de rejeito em, ao menos, quatro aspectos: a cessão do repasse tributário — sendo R\$ 24 milhões não arrecadados pela Prefeitura Municipal de Mariana desde 2016; a negação do salário — alcançando 29,9% de desemprego em Mariana, após a suspensão das atividades da Samarco; o reassentamento forçado — em que nenhuma casa foi construída para as 362 famílias depois de quatro anos do crime da Samarco; e a insegurança alimentar — uma vez que a contaminação da água e do solo impede que as populações atingidas de produzir e consumir alimentos provenientes das regiões atingidas (MASCARENHAS, 2023, p. 76-77).

Surge hoje o obstáculo de reparar os impactos e expressões da “questão social” que a mineração causou a estas famílias, por meio de uma atuação profissional que permite apreender com maior clareza as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política diante da situação, o que, como dito anteriormente, faz a classe profissional se reconhecer também como atingida nos territórios afetados pela mineração.

Refletir sobre essas e outras questões implica considerar determinantes históricos, como o processo de expropriação passado e presente (CORTES, 2019), a produção das desigualdades, a forma de ocupação do território (ACSELRAD, 2010) e o significado da vida no sistema capitalista (MOREIRA, 2018). Implica, portanto, compreende-se descortinar a suposta neutralidade das decisões técnicas, desvelar os interesses econômicos e políticos, que muitas vezes se configuram em ações criminosas, assim como desnaturalizar processos sociais complexos e fundamentados na injustiça social e na apropriação privada dos recursos naturais e da riqueza produzida a partir deles e do trabalho coletivo (DUTRA, 2020, p. 02).

Trataremos dos crimes praticados pelas mineradoras como desastres, na perspectiva de Dutra (2020) que apreende os desastres como processos sociohistóricos e não como eventos infrequentes. Trata-los como desastres não isenta às mineradoras, ao Estado e ao sistema de reprodução capitalista a culpa, na verdade são eles que corroboram durante toda a história do território para que os crimes ambientais aconteçam, como veremos durante o trabalho.

Com base na problematização do nosso objeto de pesquisa, demonstramos a seguir as *relevâncias científica e social* do estudo.

Em relação à *relevância social*, podemos concluir que o presente trabalho colabora para uma atuação mais comprometida com o projeto ético político das/os assistentes sociais no enfrentamento das expressões da “questão social” vivenciadas pelos atingidos.

Os déficits são estruturais e abrangem toda uma conjuntura, seja institucional e até mesmo das assistentes sociais, que no qual o reclame era embasado na insuficiência de preparo por parte institucional, pois não se sentiam preparadas para a questão mineral e seus rebatimentos, não possuíam preparo sobre subjetividade e Serviço Social (CARMO, 2021, p. 71).

Assim, o trabalho contribui não só para os profissionais atuantes na área, mas também para os estudantes de Serviço Social da UFOP em formação, que durante a atual grade curricular do curso têm pouco acesso à presente discussão.

Com esses aspectos da luta de classe, tem-se que o curso de Serviço Social da UFOP está imerso em território conformado por “dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: burguesia [proprietários dos meios de produção] e proletariado [destituídos dos meios de produção]” (MARX; ENGELS, [1848] 1998, p. 41). Logo, a particularidade dessa luta inflige desafios à formação profissional (MASCARENHAS, 2023, p. 3).

Com isso, a população de Mariana e região se beneficia a partir do momento em que se deparam com profissionais mais capacitados para atendê-los. Vale ressaltar, que este trabalho tem total comprometimento com as/os atingidas/os, buscando contribuir para as suas lutas e instrumentalizando os profissionais e também as/os atingidas/os, pois:

Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABEPSS, 1996, p. 4, apud. MASCARENHAS, 2023, p. 3).

Já em relação à *relevância científica*, foi feita uma busca por trabalhos que perpassassem pelo tema na Biblioteca Digital de TCC's da UFOP. Observamos que a primeira produção acadêmica da universidade que relaciona especificamente o trabalho profissional de assistentes sociais atingidos por barragens em Mariana/MG, foi publicada somente em 2021. A importância em falar sobre o assunto surgiu anos após o rompimento da Barragem de Fundão em 2015. Durante oito anos de crime, assistentes sociais da região não tiveram significativa participação do curso de Serviço Social por meio da pesquisa sobre sua atuação, e, conseqüentemente, os alunos não obtiveram a formação adequada neste meio de atuação para adentrar o mercado de trabalho local.

Dutra (2020), a partir de dados coletados nas homepages das 114 UFAS referenciadas pela ABEPSS, nos indica uma escassa produção de conhecimento acerca da questão socioambiental. “[...] É pequeno o número de cursos de Serviço Social, seja no nível da graduação, seja no da pós-graduação que se dedicam ao debate ambiental, o que traz significativos reflexos na formação e na forma de intervenção profissional.” (DUTRA, 2020, p. 08). Tal situação se torna ainda mais urgente quando analisamos a produção de conhecimento teórico sobre a atuação em desastres, que “dos 113 trabalhos aprovados vinculados ao eixo temática questão urbana, agrária e ambiental, apenas três deles estiveram vinculados à questão dos desastres” (DUTRA, 2020, p. 08).

Nos últimos anos, o corpo docente do curso de Serviço Social da UFOP têm insistido na relevância de uma maior participação do curso na questão socioambiental que assola o município em que está inserido. A partir da busca na Biblioteca de TCC's do curso de Serviço Social na UFOP por meio das palavras-chave: *assistente social, mineração, atingidos*

e *barragem*, foram identificados oito trabalhos de conclusão com a temática de mineração - até o mês de março de 2023 - dentre eles apenas dois têm o trabalho de assistentes sociais como objeto de estudo.

Quadro 1: TCC's do curso de Serviço Social que abordam a questão minerária

Autor/a	Título do Artigo	Ano da publicação	Palavras-Chave	Resumo
Filipe Souza Coelho	Serviço Social e questão social na mineração: experiências extensionistas no curso de serviço social da UFOP	2018	Serviço Social. Questão social. Mineração. Extensão universitária	O presente trabalho de conclusão de curso investiga como se tem configurado o entendimento da questão social na mineração a partir das experiências extensionistas do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Para tanto, apresenta reflexões sobre o Serviço Social e a “questão social” e suas particularidades no contexto da mineração. Com base nas categorias da Teoria Marxista da Dependência, busca-se demonstrar que a atividade de exploração minerária em Mariana-MG, iniciada no ciclo do ouro com base no trabalho escravo, se atualiza na contemporaneidade, com a extração de minério de ferro bruto destinado à exportação, com base na dinâmica dependente do capitalismo brasileiro e na superexploração da força de trabalho. Apresenta-se, ainda, reflexões acerca do racismo como elemento estrutural da sociedade brasileira. O trabalho analisa ainda, de maneira geral, a particularidade do modo de produção capitalista com base em duas experiências extensionistas do curso de Serviço Social da UFOP, a saber, os projetos “Centro de Difusão do Comunismo (CDC)” e “Mineração do OuTro”. Com isso, o presente trabalho pretende contribuir para o posicionamento ético-político do Serviço Social, explicitando a importância da extensão universitária no contexto da luta de classes e reivindicando a importância das experiências extensionistas do curso de Serviço Social da UFOP no marco das lutas da classe trabalhadora.
Vanderlei Divino Cabral Nogueira	A situação dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG: Considerações sobre o processo de reparação	2018	Processo de reparação. Rompimento da barragem de Fundão. Mineração extrativista. Superexploração da força de trabalho. Teoria Marxista da Dependência.	O presente trabalho de conclusão do curso de Serviço Social é um estudo bibliográfico e documental que se baseia na realidade do processo de reparação e da mineração extrativista do século XXI. Objetiva refletir sobre a situação dos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. Analisa o processo de reparação e as disputas desdobradas entre os sujeitos sociais, políticos e instituições envolvidas. Para tal, aborda e analisa o Termo de Transação e de Ajuste de Conduta (TTAC), acordo firmado entre instituições públicas e a Samarco/Vale/BHP Billiton, que cria a Fundação Renova e marca o início de todo o processo. Explicita a conjuntura pós-rompimento da barragem a partir das posições antagônicas entre os atingidos (as) e a Fundação Renova. A investigação sobre o processo de reparação leva em consideração, antes de tudo, o lugar que América Latina ocupa no capitalismo mundial. Busca-se demonstrar, a partir do marco teórico da Teoria Marxista da Dependência, especialmente Ruy Mauro Marini (2005), que o Brasil é um país de economia dependente, e que a partir dessa condição a classe trabalhadora é superexplorada. A partir desse determinante é explicitado o contexto da mineração extrativista no Brasil. Nesse sentido, inscrevemos o rompimento da barragem de Fundão como uma expressão máxima da superexploração da força de trabalho, tal qual afirma Kathiúça Bertollo (2017). Ademais, o processo de reparação dos atingidos se configura como um processo lento e sem perspectivas de resolução completa. Mesmo ocorrendo mudanças no sistema de governança da Fundação Renova, as empresas mineradoras ainda detêm um absoluto poder sobre as tomadas de decisão. Busca-se evidenciar a absoluta fragilidade do poder público, antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, nesse contexto se destaca a inércia (proposital) dos organismos ambientais na fiscalização das barragens.
Elenice da Glória Moreira Luz	O atendimento de saúde pública para os atingidos do Subdistrito de	2018	Rompimento da Barragem. Bento Rodrigues.	Nesta pesquisa busca-se identificar a realidade vivenciada por pessoas atingidas em Bento Rodrigues, na cidade de Mariana. Após o rompimento da barragem de Fundão, o subdistrito foi destruído provocando a desterritorialização da comunidade e

	Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão: transformações na comunidade por sua voz		Atingidos. Saúde Pública	graves impactos ao meio ambiente. A partir do vínculo estabelecido com esta comunidade desde o ano de 2012, trabalhando como Técnica de Enfermagem, aguçou-me o desejo de dar voz ao quanto este território é importante para eles. Assim a metodologia utilizada é referenciada pelo usuário guia, que dá voz às vítimas, e aos profissionais da saúde, que a partir da visão e do entendimento destes atores sociais, em sua trajetória, nestes quase três anos, alocados em casas alugadas, na cidade de Mariana pudemos conhecer narrativas que ainda não foram documentadas com uma nova dimensão para além do que está divulgado, das perdas materiais, simbólicas e da luta por seus direitos. Busca-se ainda fomentar o debate sobre os impactos deste crime na saúde destas pessoas e as ações desempenhadas pela Estratégia Saúde da Família desde o dia do rompimento da barragem.
Tamires Cipriano	Marco legal e crime minerário em Mariana - MG	2019	Capitalismo dependente. Mineração. Questão Ambiental.	O presente trabalho de conclusão de curso se propõe a entender o marco legal que regulamenta as atividades minerárias no município de Mariana-MG antes e após o rompimento da barragem de Fundão no dia 05 de novembro de 2015. Para tal, o trabalho se debruça em uma pesquisa bibliográfica e documental para conhecer as particularidades da formação social brasileira - país latino-americano de capitalismo dependente - confluente com a Questão Ambiental e os impactos do sistema sociometabólico do capital. Explicita a conjuntura pós rompimento da barragem, a partir do macro investigando sobre o crime cometido pelas empresas Vale/Samarco/BHP Billiton em Mariana e os impactos sociais e ambientais. Busca-se evidenciar e contextualizar as fragilidades fiscais e ambientais do Estado. Reflete e traça os caminhos históricos da mineração no município trazendo análises das legislações e decretos federais, estaduais e municipais. Ressalta sobre as mudanças necessárias nas forças produtivas para se chegar a uma nova sociabilidade ecológica e socialmente sustentável.
Thatiele Monic Estevão	O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de fundão	2021	Serviço Social. Trabalho Profissional. Assessoria. Mineração. Barragens.	A partir das reflexões geradas através deste estudo, compreende-se que o trabalho do/a assistente social em territórios atingidos é de fundamental importância dentro do processo de reparação dos atingidos e atingidas e conclui-se que os fundamentos da profissão dão subsídios para atuação profissional frente a qualquer expressão da “questão social”, bem como nestes espaços que hoje se apresentam como novos campos de trabalho – as assessorias técnicas independentes. Concluímos também que, como possibilidade na atuação profissional nas assessorias técnicas independentes e no processo de reparação dos atingidos e atingidas, o trabalho profissional pode ser construído a partir de três frentes que articuladas entre si dão subsídios para a reparação integral dos atingidos e atingidas, sendo elas: o trabalho no atendimento direto aos atingidos e atingidas, a articulação com os movimentos sociais e o trabalho junto a rede socioassistencial do município.
Marcilene Silva do Carmo	O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social	2021	Exercício Profissional. Crime Socioambiental. Serviço Social. Atingidos por Barragens	O presente trabalho propõe um debate sobre os dilemas e desafios do exercício profissional de assistentes sociais junto a atingidos por barragem/mineração no município de Mariana/MG embasados em reflexões a partir do estágio supervisionado na política de assistência social. O trabalho parte da apresentação sócio- histórico da política de assistência em Mariana e sua relação intrínseca com o cenário político, além de uma análise das transformações societárias conjunturas e estratégias das empresas de extração de minério durante os períodos de boom e pós-boom commodities minerais que resultou no maior crime socioambiental do país em 2015. Encontra-se na estrutura desse trabalho um breve debate sobre a cultura de crise como mecanismo político de gestores e seus rebatimentos na política de assistência social do município e na efetivação do exercício profissional nos espaços sócio ocupacionais. Os objetivos dessa pesquisa é refletir sobre os dilemas e desafios enfrentados pelas assistentes sociais no respectivo território e junto às famílias atingidas pelo crime socioambiental sob a ótica da vivência do estágio supervisionado, cuja finalidade é a identificação e demonstração das novas demandas e estratégias colocadas ao exercício profissional através dos rebatimentos do crime socioambiental e das transformações sociais, culturais e econômicas ocasionadas pelo mesmo. Através do método do materialismo histórico dialético realizamos pesquisa bibliográfica e documental - a partir dos diários de campo do estágio. Para sistematização dos dados utilizamos a técnica de análise do conteúdo. As conclusões apresentam indícios sobre a temática para os Cursos de Serviço Social além de questões para a intervenção profissional qualificada perante essas famílias e sujeitos atingidos.
Roberta Ramos Sacramento	A mineração e o seu caráter racial: uma análise do período colonial à condição	2021	Mineração. Escravidão. Racismo. Capitalismo Dependente. Povo Negro.	O presente trabalho de conclusão de curso de Serviço Social é um estudo bibliográfico que aborda a mineração na região do quadrilátero ferrífero mineiro, dando ênfase mais especificamente ao município de Mariana, do período colonial ao tempo presente. Tem como objetivo

	de capitalismo dependente			geral refletir como a questão racial se configurou no período colonial e como se configura atualmente sob o contexto de capitalismo dependente na atividade produtiva da mineração na região do quadrilátero ferrífero. O percurso realizado identifica as amarras do racismo nessa sociabilidade que historicamente exclui e superexplora o povo negro na atividade produtiva da mineração excluindo-o e privando de acesso aos seus direitos, bem como das condições mais elementares de sobrevivência
Beatriz Laura Sebastiana Fernandes	Processos de violência em territórios minerados: aproximações à realidade de Mariana - MG	2022	Violência. Mineração. Capitalismo Dependente. Mariana-MG.	O presente trabalho de conclusão de curso discorre acerca dos processos de violência em territórios minerados, dando ênfase à realidade de Mariana-MG. Intenta refletir sobre a conformação sócio-histórica do município enquanto território conformado sob os ditames do capitalismo dependente. Desencadeia uma reflexão sobre o modelo de mineração em vigência na região, que origina e sustenta numerosos processos de violência, evidenciando os equipamentos que atuam no enfrentamento às manifestações de tais violências. Configura-se como uma pesquisa bibliográfica amparada na teoria social crítica afim de compreender as relações sociais bem como os processos de violências decorrentes e próprios do modo de produção capitalista.

Dadas as relevâncias do trabalho, chegamos à *pergunta da pesquisa*: **Quais os fundamentos teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos devem ser acionados no exercício profissional de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens comprometidos com a luta pela reparação integral de atingido/as?**

A partir da pergunta da pesquisa, delimitamos nossos objetivos:

Objetivo geral:

Analisar os limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens, particularmente em Mariana - MG, a fim de contribuir para um exercício profissional comprometido com o projeto ético-político.

Objetivos específicos:

- * Refletir sobre a relação entre capitalismo, mineração e a realidade da formação sócio histórica de Mariana a fim de desvendar as determinações da minério dependência no território;
- * Refletir sobre o trabalho de assistentes sociais junto às populações atingidas direta e/ou indiretamente pela mineração/barragens a fim de construir estratégias no exercício profissional.
- * Analisar a produção teórica sobre o trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração/barragens a fim de contribuir para respostas profissionais junto ao trabalho com atingidos mediado pelo PEP.

Metodologia

O método que nos guiará neste trabalho será o materialista histórico dialético elaborado por Karl Marx, interpretando a organização histórica da sociedade capitalista para a produção e reprodução da vida. Conforme sabemos

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas. Nesse processo o autor considera fundamental dar visibilidade às contradições inclusivas que o permeiam e às transformações ocorridas no percurso; que resultam de múltiplas determinações, cuja análise interconectada amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade, condição não suficiente, mas essencial a sua transformação (PRATES, 2012, p. 1).

Partindo dessa perspectiva, será feita uma análise da formação sócio-histórica do território minerado em Mariana - MG, para entendermos o processo que contribuiu para a materialização das expressões da “questão social” neste espaço, conforme aborda Elpidio (2015)

A aproximação ao pensamento marxiano nos inspira numa incursão um tanto complexa, a de apreender, no modo de produção, os movimentos entre a aparência e a essência dos fenômenos. Nesta perspectiva, a produção e reprodução da vida social, como já mencionamos, estão fundadas na ontologia do trabalho, construída sócio-historicamente. Portanto, como nos desafia o pensamento crítico, a tarefa do conhecimento é desvelar as contradições do tempo presente, que envolvem os processos antagônicos de desenvolvimento capitalista, visando sua superação. (ELPIDIO, 2015, p. 49)

A partir do que fora apontado, iniciamos uma busca crítica por produções acerca da temática do trabalho de assistentes sociais em territórios de conflitos ambientais, a fim de buscar estratégias utilizadas para a atuação no contexto de desastres. Essa busca foi feita por meio de livros, artigos científicos, legislações, publicações em revistas e produções acadêmicas, a partir das palavras-chaves: *Serviço Social, mineração, barragens, e crime socioambiental*. Foram selecionadas cinco produções bibliográficas para análise:

Quadro 2: Produções bibliográficas sobre o trabalho de assistentes sociais com atingidos/as como objetivo/horizonte/papel de assistentes sociais frente aos crimes de rompimento de barragens

Autor/a	Título	Tipo de produção científica	Ano da publicação	Palavras-Chave	Resumo
Adriana Soares Dutra	Onde estamos e para onde vamos?	Artigo	2020	Serviço Social. Exercício profissional. Gestão de desastres.	O presente artigo propõe uma reflexão crítica no que tange ao chamamento do Serviço Social para intervenção em desastres, considerando que, majoritariamente, o exercício profissional de assistentes sociais neste campo encontra-se voltado para o atendimento da população após a ocorrência de impactos, o que contribui para o reforço de características presentes na profissão desde a sua gênese, como o caráter subalterno e a ênfase na dimensão técnico-operativa, desvinculada das demais dimensões

					profissionais. Com base em situações recentes e no levantamento de pesquisas e estudos sobre o tema, são realizados apontamentos que buscam a alteração desta realidade, a partir de um maior alinhamento entre as ações desenvolvidas por assistentes sociais na gestão de desastres e o projeto ético-político que vem sendo construído por segmentos da categoria desde as últimas décadas do século XX.
Thatiele Monic Estevão	O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de fundão	TCC	2021	Serviço Social. Trabalho Profissional. Assessoria. Mineração. Barragens.	A partir das reflexões geradas através deste estudo, compreende-se que o trabalho do/a assistente social em territórios atingidos é de fundamental importância dentro do processo de reparação dos atingidos e atingidas e conclui-se que os fundamentos da profissão dão subsídios para atuação profissional frente a qualquer expressão da “questão social”, bem como nestes espaços que hoje se apresentam como novos campos de trabalho – as assessorias técnicas independentes. Concluímos também que, como possibilidade na atuação profissional nas assessorias técnicas independentes e no processo de reparação dos atingidos e atingidas, o trabalho profissional pode ser construído a partir de três frentes que articuladas entre si dão subsídios para a reparação integral dos atingidos e atingidas, sendo elas: o trabalho no atendimento direto aos atingidos e atingidas, a articulação com os movimentos sociais e o trabalho junto a rede socioassistencial do município.
Marcilene Silva do Carmo	O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social	TCC	2021	Exercício Profissional. Crime Socioambiental. Serviço Social. Atingidos por Barragens	O presente trabalho propõe um debate sobre os dilemas e desafios do exercício profissional de assistentes sociais junto a atingidos por barragem/mineração no município de Mariana/MG embasados em reflexões a partir do estágio supervisionado na política de assistência social. O trabalho parte da apresentação sócio- histórico da política de assistência em Mariana e sua relação intrínseca com o cenário político, além de uma análise das transformações societárias conjunturas e estratégias das empresas de extração de minério durante os períodos de boom e pós-boom commodities minerais que resultou no maior crime socioambiental do país em 2015. Encontra-se na estrutura desse trabalho um breve debate sobre a cultura de crise como mecanismo político de gestores e seus rebatimentos na política de assistência social do município e na efetivação do exercício profissional nos espaços sócio ocupacionais. Os objetivos dessa pesquisa é refletir sobre os dilemas e desafios enfrentados pelas assistentes sociais no respectivo território e junto às famílias atingidas pelo crime socioambiental sob a ótica da vivência do estágio supervisionado, cuja finalidade é a identificação e demonstração das novas demandas e estratégias colocadas ao exercício profissional através dos rebatimentos do crime socioambiental e das transformações sociais, culturais e econômicas ocasionadas pelo mesmo. Através do método do materialismo histórico dialético realizamos pesquisa bibliográfica e documental - a partir dos diários de campo do estágio. Para sistematização dos dados utilizamos a técnica de análise do conteúdo. As conclusões apresentam indícios sobre a temática para os Cursos de Serviço Social além de questões para a intervenção profissional qualificada perante essas famílias e sujeitos atingidos.
COFI CRESS MG	O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades	CFESS Manifesta	2022	-	-
Cristiane Tomaz, Virgínia Carrara e	A ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: a partir do crime da	Capítulo de livro	2023	-	-

Sara Martins	Samarco em Mariana				
-----------------	-----------------------	--	--	--	--

O nosso universo de análise serão as cinco produções supracitadas no Quadro 2 e será feita por meio da revisão dessas obras. Utilizaremos o método de *pesquisa bibliográfica* apresentando a identidade dos sujeitos trazendo uma consciência histórica, essa pesquisa terá, de acordo com Prodanov e Freitas (2013)

[...] o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

A partir da técnica de colher os dados vamos analisar de forma crítica através de uma investigação científica envolvendo representações ideológicas e teóricas que colaborarão para a instrumentalidade da atuação da/o assistente social com atingidos pela mineração. As dificuldades identificadas e as estratégias utilizadas pelas/os assistentes sociais no trabalho serão sinalizadas a fim de sistematizar de forma mais efetiva as atividades.

Alinhada à pesquisa bibliográfica, realizaremos uma *pesquisa qualitativa*, destrinchando o modo de vida e as relações sociais dos sujeitos coletivos inseridos nos territórios atingidos por barragens. A partir de Martinelli (1994), Jane Prates (2016, p. 12) fala acerca da pesquisa qualitativa

Conforme a autora, muito mais do que descrever objetos, a pesquisa qualitativa busca conhecer trajetórias de vida, as experiências sociais dos sujeitos, o que pressupõe disponibilidade e real interesse de parte do pesquisador em vivenciar a experiência de pesquisa. Para tanto, privilegiamos instrumentos que superam o questionário, o formulário e que irão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Pois "se queremos conhecer modo de vida temos que conhecer as pessoas" (MARTINELLI, 1994, p. 14).

A autora também sinaliza a importância de reconhecer “*que os números não são suficientes, eles precisam ser complementados por conteúdos qualitativos, expressões dos sujeitos, opiniões, sentimentos, sugestões, desejos e expectativas. Para se propor uma política de enfrentamento, precisamos mensurar, mas também conhecer condições modos de vida*” (PRATES, 2016, p. 12).

O presente trabalho está dividido em dois capítulos: no primeiro capítulo vamos discutir sobre a produção dos territórios a partir da dinâmica do trabalho e em prol da produção do capital. Fazendo o caminho da formação histórica socioterritorial do município de Mariana/MG, podemos entender como a mineração se instaura na economia local ditando todas as formas de produção do espaço, da vida social e da política vigente em seu benefício

próprio. A partir disso, seremos capazes de entender a minério-dependência que assombra a vida da população na região.

No segundo capítulo, faremos uma análise da atuação de assistentes sociais no pós rompimento da barragem de Fundão em 2015, assim como os desdobramentos políticos e econômicos que se desencadearam a partir do desastre/crime. Por meio de produções acadêmicas sobre o tema, buscaremos encontrar as técnicas e instrumentos utilizados no desempenho desses profissionais para, a partir de uma visão crítica, verificar os caminhos a serem seguidos e quais práticas são mais coerentes com a projeção ético-política coletiva da categoria na busca pela reparação integral de atingidos. O trabalho realizado neste capítulo será de analisar o que a produção bibliográfica sobre o trabalho de assistentes sociais com atingidos/as apresenta como possíveis estratégias de assistentes sociais frente aos crimes de rompimento de barragens. Por fim, temos as considerações finais apresentando uma síntese dos pontos mais importantes apresentados no trabalho.

CAPÍTULO 1: CAPITALISMO, TERRITÓRIOS E MINERAÇÃO: a cidade de Mariana e a dinâmica da minério dependência

*Tendo dinheiro e poder
Nenhum vil projeto emperra.
O governante corrupto
No caos o planeta encerra
Dando aval aos poderosos
Pra sucatear a Terra.
(Rouxinol - Rinaré).*

1.1. Capitalismo, território e os impactos da mineração.

Podemos entender a produção do nosso território a partir da dinâmica do trabalho, que atravessa e tipifica a nossa história (ABREU, 2022). Nos primeiros relatos literários a que temos acesso, o Brasil se apresenta claramente como um meio de produção a fim de garantir insumos para a exportação externa. A economia da América Latina surgiu vinculada ao movimento do capital internacional, “*o que faz com que esse capitalismo sui generis, apareça com uma posição de subordinação frente aos países centrais*” (NOGUEIRA, 2018, p. 13)

A produção econômica do nosso país já se baseava desde a invasão colonial em uma economia dependente diante uma dinâmica externa (ALIMONDA, 2012). Desde então, nosso território foi formado em prol da produção capitalista, e não para a manutenção da vida das pessoas que são, no caso, os povos originários dessas terras, que tiveram todo o poder sobre seu espaço e modo de vida arrancados pelos colonizadores.

Nossas riquezas naturais e minerais e também a força de trabalho dos povos originários foram exploradas para fazer girar a economia dos países dos quais hoje somos dependentes. “*Essa é a condição histórica e contemporânea (e quem sabe futura) desse território latino-americano: a de ser o “quintal do mundo”, uma região de “veias abertas”*. (NOGUEIRA, 2018, p. 23). No decorrer da nossa história, esse tipo de desenvolvimento de economia dependente e subimperialista³, gerou relações desiguais de poder dos territórios:

Terra, a água, as riquezas minerais, os homens e sua força de trabalho, passaram a ser explorados, devastados, expropriados, espoliados e colocados em situação desigual nas relações de poder. Esse tipo de economia gerou, no decorrer dos séculos, diversas situações conflituosas, principalmente territoriais, e, assim, situações de fronteira, as chamadas “frentes de expansão” (SILVA, 2020, p. 27).

O território, de acordo com Melazzo e Nascimento (2013), representa muito mais do que o espaço geográfico

³ “Entendemos o Brasil, aqui, como um país de economia dependente e subimperialista, essa condição última que se pode constatar pelo setor produtivo mais desenvolvido que de outros países latino-americanos, e principalmente, pelo papel que cumpre a mineração extrativista (BÉRTOLLO, 2017)” (NOGUEIRA, 2018, p. 19).

São espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54, apud. NASCIMENTO; MELAZZO, 2013, p. 68)

A afirmação dos autores pode ser facilmente visualizada no território de Mariana/MG, a partir das contradições e conflitos históricos que abordaremos ao longo deste capítulo. Como já foi explicitado, no presente trabalho buscamos a finalidade de construir respostas profissionais para a atuação de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no território de Mariana e, para isso, se faz necessário apreender as particularidades do município - que se baseiam do imbricamento entre mineração e planejamento territorial - para enfim incorporar e contribuir para a construção de estratégias a serem utilizadas pelas profissionais.

Assim como no estudo de Melazzo e Nascimento (2013), entenderemos o território de Mariana como

Uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço (CARA, 1996), onde se estabelecem relações de poder entre os vários grupos sociais e instituições (ANDRADE, 1996). Nesse sentido, o conceito de território não se vincula, necessariamente, à propriedade da terra, **mas à sua apropriação, que se associa ao controle de fato, efetivo, por vezes, legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço** (CORRÊA, 1996, p. 251), o que o torna, portanto, revestido de uma dimensão política (MELAZZO; NASCIMENTO, 2013, p. 79).

O geógrafo Milton Santos publicou estudos sobre o território e nos propôs a entendê-lo “como o território usado, não o território em si”, sendo este “território usado” a junção do chão mais a identidade, o sentimento de pertencimento. “*O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida*” (SANTOS, 2007, p. 22).

A partir disso, podemos pensar: *a quem serve o nosso território?* Tal pergunta não é alvo de nossa investigação, mas é de grande importância para as reflexões acerca do tema. Com histórica característica de país exportador de matéria prima, vimos o Brasil exportar pau brasil, cana de açúcar, ouro, algodão, café, borracha e petróleo para atender às demandas de países centrais que necessitavam da exploração de insumos de outros países para alavancar sua economia, garantindo um desenvolvimento desigual hegemônico (ABREU, 2022). Segundo Pádua (1987), o que chamamos de ‘desastres ecológicos’ atualmente, que permeiam a nossa “questão ambiental”, são advindos pela marca histórica de país exportador de matéria prima.

A extração de minerais no Brasil se iniciou nos primeiros anos em que a coroa portuguesa se instaurou no território e, até hoje, é uma das economias mais importantes do

país. Em Minas Gerais, se viu potencial econômico para contribuir com essa dinâmica de produção a partir do momento em que os bandeirantes constataram a existência de ouro e metais preciosos na região. Naquele momento de Brasil colônia, no final do século XVII, a coroa portuguesa buscava deslocar a fonte de lucro para outro território, visto que a extração de cana de açúcar do Nordeste já não fazia mais o mesmo papel econômico, iniciando assim no país o Ciclo do Ouro.

A partir do início da corrida do ouro, Minas Gerais surge como cenário da histórica maior extração de ouro em menor espaço de tempo. Segundo Galeano (1971), o volume do mineral extraído no Brasil durante o século XVIII foi capaz de superar o que a Espanha havia extraído em suas colônias durante dois séculos.

Minas teria surgido da busca colonial por ouro e ferro, as cidades se estabeleceram com vocação à mineração, outras se diferenciaram economicamente com o fim da mineração, mas todas seriam mineiras por vocação natural das riquezas da terra (FERREIRA, 2015, p.37 apud SILVA, 2020, p. 31).

Mariana, “primaz” de Minas Gerais, é assim conhecida por ter sido a primeira vila, capital, cidade e diocese do estado, títulos que alcançou devido ao seu alto potencial aurífero e, conseqüentemente, econômico para o país. Está localizada no quadrilátero-ferrífero⁴ de Minas Gerais e foi formada no momento de expansão da atividade minerária, se tornando meio de produção nesse intenso processo de reprodução capitalista. O atual território de Mariana se formou a partir disso, sendo que, hoje, a atividade mineradora ainda é atividade econômica central na cidade, responsável por 80% da arrecadação municipal (DUARTE, 2015, apud WANDERLEY et al., 2016, p. 42).

Ribeirão do Carmo⁵ foi o primeiro nome dado à cidade de Mariana, fundada em 16 de julho de 1696 a partir de um acampamento firmado por bandeirantes que exploravam a região em busca de ouro e riquezas para a coroa. A cidade tem sua história demarcada pela religião e mineração e foi com uma missa “rezada” neste acampamento que celebrou-se o marco do território como berço da mineração no país (CARMO, 2019). A atração pela região foi imediata, era possível encontrar ouro em superfície e até mesmo nas raízes da baixa vegetação ciliar (CARMO, 2019), sendo assim o território perfeito para exploração na colônia de Portugal.

O inchaço populacional aconteceu de forma acelerada no século XVII, pessoas vindo de toda a colônia e também de Portugal, mas, principalmente escravos que foram utilizados como mão de obra africana, e que detinham um conhecimento sobre a mineração que os

⁴ Como é chamada uma das regiões mais ricas em recursos minerais do sudeste do Brasil, localizada no centro-sul de Minas Gerais.

⁵ “que mais tarde foi denominada de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo” (HUGO, 2017, p. 16).

brancos não possuíam. Minas Gerais produziu cerca de dois terços do ouro extraídos do Brasil colônia, segundo Hugo (2017)

Durante o século XVIII a população estimada de Minas Gerais, cresceu de 30 mil, para 450 mil habitantes (ALVES,1998). Esse crescimento foi favorecido pela intensa atividade da mineração de ouro no estado, principalmente na região de Mariana e Ouro Preto. No decorrer do século, a produção do ouro no país foi se intensificando, atingindo o auge entre as décadas de 1730 e 1770, e Minas Gerais figurou como maior produtora (HUGO, 2017, p. 17).

Com o crescimento da população, se via a necessidade de trazer da Bahia gado e alimento para o povo, pois a economia na época estava se formando com o foco em ouro e diamantes, enquanto a fome se alastrava como epidemia entre 1700 e 1713, tendo os milionários que se alimentar de gatos, ratos e cachorros (GALEANO, 1971), essa falta de alimento aos poucos foi abrindo espaço para uma pequena diversidade nas atividades econômicas. Os centros urbanos foram se formando ao redor de núcleos de mineração e a conhecida Estrada Real foi construída para servir de rota do ouro entre cidades mineiras e do litoral do Rio de Janeiro. Toda a produção da cidade de Mariana foi pensada para fomento da corrida do ouro.

A economia aurífera e de diamantes passou por muitos momentos de declínio e apogeu até realmente decair no final do século XIX, abrindo espaço para o Ciclo Econômico do Café e, posteriormente, à economia minerária de ferro que, segundo Carmo (2019) foi a solução encontrada para continuar a extração em Minas Gerais:

O aproveitamento do minério de ferro somente ganhou destaque num segundo momento, no período da Primeira República, quando o mundo tomou conhecimento das grandes reservas minerais do estado de Minas Gerais. Assim, ainda na primeira metade do século XX foi consolidada a base legal de sustentação da mineração brasileira, contando com dois importantes marcos: a definição do bem mineral como propriedade da Nação, em 1930, e a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1934. (PASSOS; COELHO; DIAS, 2017, p. 272)

Antes de se tornar DNPM, o Departamento era conhecido como Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) em 1907:

O SGMB, ainda em 1907, foi incumbido de realizar estudos prospectivos e econômicos, voltados fundamentalmente para o minério de ferro, nos municípios mineiros de Conselheiro Lafaiete, Mariana, Itabira e Sabará. Desses estudos resultaram dois mapas sobre a distribuição das jazidas de ferro e manganês no Quadrilátero Ferrífero⁶ (VALE, 2012, p. 23).

Na década de 1940, segundo Carmo (2019), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) - com atual nome fantasia Vale S.A. - passam a atuar no país e, a partir da década de 1960, a CVRD e a S.A. Mineração Trindade (Samitri) -

⁶ Maior produtora de minério de ferro bruto no país, sua estrutura geológica com área de 7000m² se localiza no centro-sul do estado mineiro e é nomeada por Roser e Roser(2010) um “paraíso mineralógico” (CARMO, 2019).

que deu origem à Samarco a partir de uma união com a empresa Marcona - chegam na cidade de Mariana/MG em detrimento do incentivo fiscal dado pelo governo ditatorial vigente na época, repercutindo de maneira intensa na economia da pequena cidade, que antes abrigava somente 7 mil habitantes (GRACINO JUNIOR, 2007 apud. CARMO, 2019).

Segundo Hugo (2017), a organização do espaço econômico mineiro contemporâneo passou a ser responsabilidade da consolidação da mineração de ferro no século XX, que permanece até hoje:

Ainda na década de 1950, Ferreira (1958) afirma que Minas Gerais possuía um potencial, em minério de ferro, colossal, a ponto de dispor de 11 bilhões de toneladas só nos maciços das vertentes do Rio Doce, do Rio das Velhas e do Paraopeba, podendo-se mesmo estimar em 16 bilhões o potencial provável de minério de ferro em todo o Estado (HUGO, 2017, p. 19).

A atividade mineradora é “protagonista do desenvolvimento e construção social de muitas das vilas, comunidades e cidades que surgiram no estado” (HUGO, 2017). O território mineiro se formou a partir das relações socioeconômicas da mineração e seu planejamento a partir disso aconteceu *sem a participação popular*, outro marco da formação sócio histórica do país, o que trouxe malefícios para a vida em sociedade.

Nesse sentido, concordamos com o entendimento que explica a constituição sócio-histórica de Mariana, a partir do conceito de “*minério-dependência*”, que explicita a relação condicional entre Mariana e a Mineração. Coelho (2018) definiu a minério-dependência enquanto:

Situação na qual, devido à especialização da estrutura produtiva de um município, região ou país na extração de minerais, os rumos da estrutura local são definidos em centros decisórios alheios (Coelho, 2017, p. 2). Esta relação de subordinação faz com que as decisões sobre o que ocorrerá na estrutura produtiva local sejam tomadas em centros políticos externos, tanto empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de commodities minerais, como centros consumidores dentro de um mesmo país ou a demanda internacional, sem se considerar, ou considerando de maneira periférica, os interesses de trabalhadores do setor e dos moradores das regiões mineradas (COELHO, 2018, p. 253).

A partir de Coelho, Dias e Passos (2012), Carmo (2019) fez algumas observações sobre as consequências da “minério dependência” no município de Mariana/MG:

Cumprido ao longo da história realizar o movimento contrário do que se entende como desenvolvimento econômico e social. À medida que se realiza o crescimento econômico a partir da extração mineral, também cresce a concentração de renda, a miséria e o desemprego. Essa especialização na mineração gera uma dependência dos poucos empregos gerados apenas pela atividade minerária, que tem prazo para acabar, com o esgotamento das minas. Essa dependência reverbera também na falta de alternativas, explícitas na calamidade financeira que vive o município de Mariana/MG (CARMO, 2019, p. 77).

Ou seja, há geração de empregos, mas a cidade se encontra demarcada por uma grande população de trabalhadores sazonais que migraram para viabilizar a produção capitalista no

local. *“Difundem-se os conflitos sociais e agravam-se os impactos socioambientais rurais e urbanos, principalmente, sobre povos tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis”* (WANDERLEY, 2017, p. 2, apud. NOGUEIRA, p. 21).

Os impactos ao meio ambiente estão relacionados à expansão ilimitada da extração dos recursos naturais, ao alagamento de extensas áreas verdes e ao desequilíbrio da fauna, dentre outros; enquanto os impactos sociais incluem, frequentemente, a precarização da força de trabalho, o aumento dos casos de violência urbana e a transformação arbitrária de dinâmicas socioespaciais construídas historicamente (PASSOS; COELHO; DIAS; 2017, p. 270).

A população sente em seu dia a dia os impactos da mineração na região e, nos últimos anos, têm lutado e denunciado para que a empresa mitigue as consequências de suas atividades no local. Em 28 de março de 2023, aconteceu uma Audiência Pública referente ao Processo SLA nº 3858/2022, a fim de discutir o Licenciamento do Projeto Longo Prazo da Samarco. O projeto prevê o aumento da capacidade produtiva do Complexo de Germano, onde funcionava a barragem de Fundão, entre Mariana e Ouro Preto. A reunião se propôs a expor à comunidade as informações sobre obra ou atividade potencialmente poluidora do empreendimento. A ideia da empresa era de dirimir dúvidas e recolher as críticas e sugestões para subsidiar a decisão quanto ao licenciamento ambiental.

A Samarco apresentou o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA⁷) do empreendimento para a população. Foi apresentada a avaliação de impactos no meio físico, meio biótico, meio socioeconômico e em relação ao fechamento - finalização do projeto, que serão apresentados a seguir. Como impactos do meio físico devido ao novo Projeto de Longo Prazo, foram expostos:

Figura 1: Avaliação de Impactos no Meio Físico - Implantação, Operação e Fechamento

⁷ São documentos exigidos pela Lei Federal nº 6.938 de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) e a partir da Resolução nº 001 de 23/01/1986 do CONAMA. Eles estudam e analisam os impactos ambientais da implantação de um empreendimento próximo de áreas naturais com paisagens ainda conservadas, como a região dos distritos de Mariana. O intuito maior é avaliar os impactos da obra, pontuando-os a fim de mitigá-los caso seja viável licenciamento ambiental para tal.



Fonte: Brandt; Samarco, 2023.

Em relação aos impactos de meio biótico, a empresa expôs:

Figura 2: Avaliação de Impactos no Meio Biótico - Implantação, Operação e Fechamento



Fonte: Brandt; Samarco, 2023.

Essas questões são silenciadas e secundarizadas para que se mantenha a lucratividade da extração mineral. Para justificar a implantação do empreendimento na Audiência de 28 de março de 2023, os representantes da empresa citaram que estão visando também a economia social e que a “vocação” das Minas Gerais desde o início da sua história é a mineração⁸.

Como demonstra Wood (2000), as relações de propriedade que suplantam a emergência desse modo de produção, está baseado no *improvement* (melhoramento), que consiste na defesa do “aumento da produtividade da terra visando o lucro” (WOOD, 2000, p. 19). O que se dá por via do *enclosure*, isto é, tem-se “a extinção (com ou sem o cercamento das terras) dos direitos de uso baseado nos costumes dos quais muitas pessoas dependiam para tirar o seu sustento” (WOOD, 2000, p. 22).” (MASCARENHAS, 2021, p. 13)

Ignorando completamente danos irreversíveis que a atividade causa aos territórios, como a perda de patrimônio natural, ecológico e paisagístico (VERVLOET, 2016), que são de uso comum dos povoados que construíram seus lares, famílias e vidas junto à natureza nesses espaços. As implicações apresentadas pelo EIA/RIMA sobre meio físico e biótico são pobres de dados e se mostraram vagas, apesar de cumprirem o que a Lei Federal nº 6.938 de 1981 propõe. Esse desleixo, provavelmente proposital, podemos perceber também no mapa mental apresentado sobre o meio socioeconômico:

Figura 3: Avaliação de Impactos no Meio Socioeconômico - Implantação, Operação e Fechamento



Fonte: Brandt; Samarco, 2023.

⁸ Para uma crítica a ideia da vocação em Minas Gerais para a mineração conferir: [Artigo | Minas Gerais: vocação mineradora ou autodestruição?](#).

Na audiência haviam de um lado, representantes da Samarco, e de outro, atingidos dos municípios de Mariana e Ouro Preto e alguns trabalhadores da mineração do estado do Espírito Santo. A apresentação dos estudos foi recebida de maneira negativa pela população mineira presente na audiência, que utilizou do seu tempo no microfone para relatar os abusos sofridos pela empresa desde sua implantação:

A Vale cercou Antônio Pereira por inteiro, a área que nós tínhamos de Lazer, que é nosso rio e nossa serra, nós não podemos ir mais. Antes foi uma conversinha de que seria tranquilo, mas não tem lazer e nada no Pereira mais. Antes tínhamos o Clube Frazão, a Samarco foi lá e plantou um montão de planta no clube e ‘cabou’, não tem mais pra onde ir em Antônio Pereira. Antônio Pereira tem um índice dos maiores de Minas Gerais de usuários de drogas adolescentes porque não tem lazer. As pessoas ‘mal mal’ no final de semana tem um campo pra jogar bola porque a Vale ia tirar também, se ‘nós num briga’, eles iam tirar. (Adílio Sobreira, SAMARCO⁹, 2023, n.p.)

O senhor Adílio Sobreira era morador de Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto atingido pelo risco de rompimento de uma barragem da Vale. Adílio narrou como a implantação de um empreendimento da empresa extinguiu o modo de vida de sua comunidade. Segundo seu relato na audiência, teve de se mudar junto de sua filha de 16 anos para Mariana, pois o distrito de aproximadamente 3.500 habitantes tem se tornado extremamente perigoso, o que ocasionou um grande impacto econômico em sua vida devido ao deslocamento de sua fonte de renda e os novos gastos na cidade de Mariana. Inúmeros outros moradores de distritos de Ouro Preto e Mariana relataram o aumento da violência em seus vilarejos, dentre outras implicações que transformaram sua vivência:

Sabemos da importância das atividades da mineradora em nosso município, porém não podemos fechar os olhos para inúmeros danos causados por suas atividades. Há aproximadamente 47 anos, nossa comunidade é impactada pelos serviços da mineradora. Nos anos 70, quando passou o primeiro mineroduto fomos oprimidos com a chegada de equipamentos que nunca tínhamos visto naquela época. Máquinas devastando plantações, chácaras frutíferas e a tranquilidade de uma comunidade pacata sendo afetada sem nenhum pudor. Temos vários relatos de moradores que presenciaram aquele momento, aquela ação. Desde então, a comunidade sofre os transtornos durante as obras de manutenção sem nenhuma compensação. Com a passagem do segundo e terceiro mineroduto em 2007 e 2011, a Samarco e suas contratadas novamente impactaram o cotidiano dos moradores com a chegada de mais de 400 trabalhadores que ficaram alojados no distrito, isso acarretou danos gravíssimos à nossa comunidade, como por exemplo: aumento de casos de drogas, prostituição, doenças venéreas, sobrecarga de atendimentos no posto de saúde, entre outros. Nossa comunidade até hoje sofre com um acesso, a faixa do mineroduto, que é chamado naturalmente como “estrada de minério”, é um pequeno trecho de 500 metros, que chegando a chuva leva transtorno com barro para dentro da nossa comunidade, chega a seca, o problema é a poeira, causando transtorno pros moradores que estão na beira. Agora, uma questão sobre o rompimento da barragem: nossa comunidade foi ilhada por vários dias sem energia, ficamos totalmente isolados e em nenhum momento a Renova reconhece nosso distrito como atingido pelo rompimento da barragem. Os produtores de leite e produtores rurais

⁹ A gravação da Audiência Pública pode ser encontrada online, no site da Samarco, em: [Samarco: Licenciamento de Longo Prazo para continuidade das operações](#)

tiveram perdas enormes e até hoje não temos o reconhecimento do nosso distrito, da nossa comunidade, daquelas pessoas como atingidos pelo rompimento da barragem. Fomos afetados há 47 anos pelos serviços de mineração e ninguém olha por nós. São três minerodutos que passam debaixo do nosso distrito e nada é feito pelo nosso distrito. Nós tivemos apenas uma obra que seria forma de compensação que era uma estação de tratamento de esgoto que infelizmente até hoje não foi concluída, o Ministério Público interdita a obra por irregularidade, uma obra da Samarco. (Flavio Cesar da Silva, SAMARCO, 2023, n.p.)

A estação de esgoto que estava sendo construída para mitigar os impactos do empreendimento em Águas Claras, distrito de Mariana, foi paralisada por irregularizações.

A questão é tão ampla que a Samarco começou a construir uma estação de esgoto a 120 metros da minha casa, eu entrei com uma ação no Ministério Público e a obra foi interditada e não vai ser tocada. Não tem condição uma estação de esgoto estar no fundo do quintal de famílias. Optei em viver em área rural, mas a Samarco invadiu e esraçalhou nossa qualidade de vida. Tive aluna de 13 anos grávida, isso não é normal, isso é abuso sexual. Sabe o que a empresa fez? Transferiu o funcionário para outro local. Isso foi em 2006. A promiscuidade, a falta de fiscalização é gritante. Eu solicito ao judiciário, à justiça, que haja lei. (Maria de Fátima Carneiro, SAMARCO, 2023, n.p.)

A poeira que inúmeros moradores denunciam ter de conviver diariamente é fruto das obras diárias que são feitas próximas às comunidades, essa poluição do ar se intensificou após o rompimento. Conforme a Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) realizada em 2019 por Ambios Engenharia Ltda, avaliando as consequências do crime de Fundão, foram identificados *“como contaminantes de interesse o cádmio, tendo como rota de exposição completa o solo superficial e a poeira domiciliar; e o chumbo, cobre e zinco com rota de exposição completa pela poeira domiciliar”* (AMBIOS, 2019, p. 306, apud. MASCARENHAS, 2023, p. 15). Esse estudo conclui que

Existe um perigo para a saúde das populações expostas aos contaminantes definidos através da ingestão, inalação ou absorção dérmica das partículas de solo superficial e/ou da poeira domiciliar contaminadas. Esta exposição pode determinar a ocorrência de efeitos lesivos sobre a saúde dessas populações, imediatos ou de longo prazo (AMBIOS, 2019, p. 299, apud. MASCARENHAS, 2021, p. 15).

O descaso da empresa em relação a qualidade de vida da comunidade é facilmente observado nos relatos dos moradores. A modificação do modo de vida acontece com toda a população que faz parte dos territórios minerários, ameaçando a existência desses povos, eliminando a sua cultura e seu direito de escolha. Toda a população, que vive ali há 300 anos, passa a existir de acordo com o modelo econômico de mineração instaurado no local.

Mascarenhas (2023), caracteriza o atual modelo de mineração como *“uma ameaça a existência da humanidade”*, que culmina na desefetivação do ser social, *“seja de forma imediata, como pode ser observada na chacina de 290 pessoas em Mariana e Brumadinho, ou de forma mediata, como consequência da alteração forçada do modo de vida.”* (MASCARENHAS, 2023, p. 15).

O senhor Flávio Cesar da Silva, morador do distrito Águas Claras, sinalizou sobre o inchaço populacional causado pela chegada de mais de 400 trabalhadores na comunidade quando o empreendimento se instaurou há mais de 40 anos. Tal problemática é denunciada por inúmeros moradores dentre os quase 60 que utilizaram do microfone para se opor à Samarco. O novo Projeto de Longo Prazo estima que chegarão pelo menos 3.500 trabalhadores no município de Mariana, tal informação indignou a população. As promessas de geração de empregos não são cumpridas nas comunidades, visto que a empresa traz mão de obra barata de outras regiões, visando conter gastos e aumentar a lucratividade

Em 40 anos de Samarco nunca se absorveu a mão de obra local e acho muito difícil que nesse novo projeto vai ser absorvido. (...) Está se falando em trazer 3.500 pessoas a mais para a cidade, isso significa 700 mil litros de água por dia, como isso vai ser tratado? Foi falado de várias mitigações, menos na mitigação durante a implantação do projeto. Não está claro para mim como não está claro para muita gente o que vai ser feito em contrapartida nos serviços essenciais da cidade. (...) Por que foi feita uma audiência pública sem os estudos estarem concluídos? (Remo Almeida, SAMARCO, 2023, n.p.)

Segundo informações da população, as empresas oferecem cursos técnicos para qualificá-los com o propósito de empregá-los, mas quando vão se candidatar às vagas, são rapidamente descartados. A mão de obra sazonal gera mais lucros para a corporação, *“trabalhadores, em sua maioria pobres e até miseráveis, estão aptos a aumentar a produtividade da atividade minerária, por via de seu conhecimento tecnológico e sua força de trabalho, corroborando a legitimidade desse processo como sinônimo de progresso social, econômico e cultural do país, no bojo da civilização capitalista”* (MASCARENHAS, 2023, p. 13). Além disso, moradores dos distritos alegaram que é de benefício para a empresa que a população local se mantenha distante dos trabalhos realizados, principalmente quando poderiam ocupar cargos altos de gerentes ou engenheiros. Segundo morador de Santa Rita Durão, na audiência pública:

Quando fazemos um cadastro na empresa Samarco, só de colocarmos o endereço onde residimos, já somos excluídos da vaga. Isso não é só de hoje, é de sempre. Antigamente eles vinham com uma contraproposta de que nossos moradores não estudavam, hoje nós temos médicos, engenheiros, agrônomos e temos a mesma resposta. (Wenderson Geraldo de Paula, SAMARCO, 2023, n.p.)

A empresa persiste em fazer uma ampliação de sua produção, que diminuiu drasticamente após rompimento, visando atingir 100% da capacidade produtiva do Complexo de Germano. Hoje a região de Mariana se encontra em estado caótico, com os dispositivos públicos em colapso mesmo que a Vale/Samarco/BHP estejam produzindo potencialmente menos do que o almejado. As atividades compensatórias realizadas até então não foram capazes de mitigar os danos causados.

O inchaço populacional causado pelas atividades minerárias traz consigo uma sobrecarga dos serviços públicos, intervindo direta e indiretamente na qualidade de vida da população atingida e trazendo sérios problemas à administração do município, bem como ao trabalho de assistentes sociais.

É fundamental mencionar a elevação do gasto público decorrente dos impactos sobre a infraestrutura pública provocados pela indústria extrativa mineral (IEM). Dessa forma, os gastos municipais se elevam paralelamente ao desenvolvimento da atividade mineradora em razão da intensificação das necessidades de manutenção do sistema rodoviário, do crescimento da demanda por serviços públicos – em especial, de saúde –, de custos ambientais ampliados causados pela extração e beneficiamento minerais, dentre outros fatores. A extração mineral em larga escala é intensiva em capital e tecnologia, em detrimento do trabalho, isto é, um mesmo volume de investimento geraria mais empregos quando aplicado em outros setores econômicos – por exemplo, o turismo (WANDERLEY et al., 2016, p. 43).

Vemos aqui uma repetição da história, como na falta de planejamento territorial das Minas Gerais em meados do século XVII, a gana pelo lucro se mantém sobre a vida das pessoas. Mascarenhas (2023) identifica neste processo de desefetivação do ser, o trabalho como um *meio de desumanização do ser*. O território também pode ser observado nessa mesma perspectiva de, além de ser um meio de produção do capital, ser também um meio forçado para a desefetivação do ser social, até porque, o processo de produzir o capital em si é um processo também de desumanizar o ser social. Para cobrir o número de trabalhadores na cidade seria necessário reestruturá-la, repensando serviços básicos e políticas públicas.

Nos estudos de impactos socioeconômicos do EIA/RIMA podemos especificar o item “*Sobrecarga dos equipamentos comunitários e da infraestrutura urbana*” a partir dos seguintes setores: de saúde, com um alto crescimento de doenças venéreas, problemas psicológicos, abusos sexuais e dependência química; de educação, com creches e escolas lotadas; de rede de tratamento de esgoto e água, que tem sua demanda multiplicada exorbitantemente com o aumento abrupto da população; alimentício, devido à “*insegurança alimentar – visto a contaminação da água e do solo que impede as populações atingida de usufruir de alimento*” (MASCARENHAS, 2023, p. 17); de trânsito, com tráfego intenso de veículos e consequentemente congestionamentos e acidentes; imobiliário, com aluguéis altíssimos pela alta procura das empresas para abrigar funcionários e atingidos; e de enfrentamento a violência urbana, que cresce concomitantemente à população.

Para suportar o *boom* das *commodities*¹⁰, que ocasiona também um *boom* na população, é necessário um investimento alto em infraestrutura, mobilidade, água, educação, saúde, entre

¹⁰ “(entre 2003 e 2013), há um aumento da logística e infraestrutura produtiva, consequentemente um volume elevado na extração de minérios, o que tende a aumentar o número de barragens de rejeitos e propende agravar os impactos socioambientais em áreas urbanas e rurais” (ESTEVÃO, 2021, p. 14). Vale destacar que alguns autores dizem consideram o final do *boom* a partir do rompimento da Barragem de Fundão em 2015.

outras questões que são imprescindíveis para a manutenção da vida do indivíduo. Consequentemente, cresce a desigualdade social na região.

Em seguida, com o *pós-boom* das commodities¹¹, o PIB da cidade de Mariana foi diminuindo, de R\$114.734,39 em 2013 - período de final do *boom* - para R\$33.674,08, valor referente ao ano de 2019, de acordo com o IBGE (2021). Tal declínio demonstra com clareza a minério-dependência que a estrutura econômica de Mariana sustenta e reforça perpetuando “uma situação agravada de fragilidade ambiental e social” (MILANEZ et al., 2016, p. 27).

A participação da indústria no PIB de Minas Gerais era de apenas 25,8%, enquanto o setor de serviços contribuiu com 68,8% (CAPANEMA, 2021, n.p). Os dados e relatos de moradores mostram que apesar de extremamente lucrativa a extração minerária, o dinheiro dessa atividade não retorna para a população dos territórios explorados, que são reconhecidos apenas como meio de produção da riqueza. Vale ressaltar que o setor de serviços, atualmente, conta com alta participação no PIB devido às empresas mineradoras incorporadas às economias locais, mas não se pode dizer que sem elas o setor de serviços não seria forte fonte de renda, a partir da economia baseada na real vocação da região, que não é minerária, mas *turística e histórica*. Vervloet (2016, p. 119) afirma que

Mais do que discutir sua contrapartida econômica e social, é fundamental nos perguntarmos se é justificável a aceitação desse tipo de organização e exploração econômica dos recursos naturais numa área que apresenta **vocação turística, histórica e de alta riqueza hídrica** como a região de Bento Rodrigues, com potencial para outras atividades que poderiam trazer melhor renda à sociedade local e menos impacto à paisagem regional, preservando e potencializando a sua originalidade (VERVLOET, 2016, p.119).

Capanema (2021) discorda da “vocação mineradora” que as grandes indústrias minerárias e a mídia impõe sobre o estado de Minas Gerais a fim de dar uma conotação *divina* à extração minerária e negando a “escolha política” ao tipo de economia incorporada à região:

A mineração beneficia e atende a interesses de grandes corporações multinacionais, que atualmente têm poder de estado - na medida a que ocupam lugares privilegiados nos centros dos poderes decisórios -, e também aos interesses das próprias instituições públicas e dos ocupantes de seus cargos que muitas vezes se beneficiam de recursos adivinhos da atividade (CAPANEMA, 2021, n.p).

Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), Mariana/MG está entre os dez municípios brasileiros que mais arrecadam repasses da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), que “é uma das principais fontes de arrecadação na mineração

¹¹ “No pós-boom das commodities minerais, as empresas do setor minerário (particularmente a Vale e a BHP Billiton que detêm, cada uma, 50% das ações da mineradora Samarco) perderam valor de mercado, e acabaram por contrair dívidas. Com efeito, a mineradora visou baixar seus custos e angariar seus lucros, consequentemente, os trabalhadores contratados pela ampla política de terceirização experimentaram a precarização do trabalho no seu modo mais cruel” (ESTEVÃO, 2021, p. 15).

brasileira, também conhecida como royalties da mineração. (...) Como os recursos minerais presentes no solo e subsolo pertencem à União, a CFEM é uma forma de compensação pela exploração destes recursos” (GOMIDE et. al, 2018, p. 55).

Os recursos da CFEM não têm retornado de maneira efetiva para a população por meio de políticas sociais e públicas. A arrecadação é calculada de acordo com a receita bruta das empresas mineradoras, portanto, o valor repassado ao município a fim de restituir os malefícios acarretados da mineração é instável e varia de acordo com o preço dos minerais no mercado internacional (COELHO, 2018). A contribuição da CFEM em Mariana é destinada à Prefeitura Municipal e deve ser utilizada exclusivamente em benefício da população local, podendo ser aplicada na saúde, educação, saneamento básico, cultura, infraestrutura, entre outras áreas. Essa é uma obrigação prevista na legislação que regulamenta a CFEM e que estabelece que os recursos devem ser aplicados em projetos e programas que promovam o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente nas regiões afetadas pela atividade mineradora. É de responsabilidade da prefeitura a aplicação destes recursos de forma participativa, com a contribuição da sociedade civil, além de sua prestação de contas.

Em 2021, o Portal da Transparência de Mariana informou que quase metade desses recursos foi destinada à educação, por meio de reformas em escolas e creches, em seguida tiveram destaque a saúde e infraestrutura. A ANM divulga os dados de recursos arrecadados desde 2004, e informou que em 2021 o valor arrecadado bateu recorde chegando a R\$236 milhões anual, quase quatro vezes o valor de 2015 - cerca de R\$61 milhões. “Tanto dinheiro em conta em decorrência da mineração só tem sido possível por causa da alta da cotação do minério de ferro no mercado internacional, que chegou a custar 230 dólares a tonelada” no primeiro semestre de 2021 (Brasil Mining, 2021).

Contudo, a realidade escancara o precário sistema de proteção social de Mariana que não recebe o retorno suficiente para sanar as demandas da população.

Segundo dados do IBGE (2013), Mariana ainda caminha a passos lentos. Essa modalidade gratuita de provisão de Proteção Social Básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, configura-se ainda como instrumento e espaço de intervenções assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais (CARRARA; MARTINS; TOMAZ; 2023, p. 111).

De acordo com o “Plano Municipal de Planejamento e Gerenciamento de Ações de Recuperação em Saúde após o Rompimento da Barragem de Rejeito da Samarco em Bento Rodrigues” a rede socioassistencial não recebe a atenção necessária. Segundo Passos, Coelho

e Dias (2017), o recurso de royalties, advindo das grandes empresas mineradoras, têm volume significativo,

No entanto, não costuma ser investido de forma transparente na efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e partir das demandas locais. Ainda, essas mesmas empresas são, frequentemente, financiadoras das campanhas eleitorais de políticos nas diferentes escalas de governo e, assim, é comum notar que atividades minerárias (mesmo colocando em risco a sociedade e o meio ambiente) são legitimadas pelo poder público e garantidas pela flexibilização de leis e licenças ambientais (PASSOS, COELHO, DIAS, 2017, p. 270).

De acordo com Estevão (2021), estes valores são passados de forma irrisória para o sistema de proteção social:

Conforme sabemos, a escolha de destinar valores irrisórios e/ou insuficientes para a assistência social é funcional ao capital e à própria dinâmica dos partidos e grupos políticos que revezam a gestão municipal, tomemos como exemplo o município de Mariana. Em Mariana, nos últimos dez anos a arrecadação anual do CFEM chegou a bater números como R\$ 140.013.921,7427, R\$ 65.841.958,0927 e R\$ 312.626.086,7527. O primeiro montante refere-se ao ano de 2013 - período anterior ao crime, o segundo, ao ano de 2017 - período em que as atividades das mineradoras estavam paralisadas, o terceiro e de maior valor, foi o que mais nos chamou atenção, este é referente ao ano de 2021, mas não é o valor total anual, é o valor parcial recolhido até o mês de setembro, ou seja, pós crime e diante uma pandemia, os lucros das empresas cresceram exponencialmente (ESTEVÃO, 2021, p. 76).

Com isso, entendemos que a dependência é também política e social, aprofundada e intensificada pela dependência econômica que se instaura inicialmente. Essa dependência política se traduz na prática de lobby, que é protegida pelo artigo 5º, XXIV, da Constituição Federal do nosso país, assegurando o “direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder” (JOTA, 2021). Tal prática não é considerada crime mas também não é regulamentada em lei, como acontece em alguns países como Estados Unidos e China, segundo Jota (2021).

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.202 a fim de regulamentar a prática, “a proposta obriga profissionais da área a se cadastrarem, vedando a possibilidade de contratação pública de um lobista para atuar e influenciar decisões dentro do Poder Público” (JOTA, 2021). A ideia de regulamentar seria de grande importância para haver uma maior transparência e evitar práticas ilícitas que vêm acontecendo há anos no Brasil e se enquadram em corrupção.

O sistema de lobbies influencia as políticas governamentais e regulatórias em favor das empresas de mineração e envolve o financiamento de campanhas eleitorais, doações para fundações políticas, contratação de lobistas ou advogados especializados em legislação regulatória, entre outras estratégias a fim de se beneficiarem em suas operações, por meio de isenções fiscais, flexibilidade de licenciamento, direcionamento de investimentos, apoio

logístico de transporte, construção de infraestrutura, dentre outros (Oliveira, 2015; Guimarães et. al, 2018, apud. Coelho, 2018). Coelho (2018), exemplifica uma prática de lobby que

Ocorreu durante a elaboração do Plano Nacional de Mineração 2030 (MME, 2011), em 2010, que serviu de base para o Projeto de Lei (PL) nº 5.807/13 - Novo Código da Mineração (Milanez et. al, 2017). Durante o processo legislativo, o 4º substitutivo ao PL nº 5.807/13 foi editado em um escritório de advocacia que tem entre seus clientes a Vale (SENRA, 2015). A respeito do financiamento de campanha, proibido em 2015⁴, Oliveira (2015), tendo como base a eleição de 2014, concluiu que, na Comissão Especial do Novo Código de Mineração, 20 dos 27 membros titulares tiveram 20% ou mais de suas campanhas financiadas por mineradoras, (...) Ainda, dos 77 deputados estaduais de Minas Gerais eleitos em 2014, apenas 19 não receberam doação de empresas de mineração (Guimarães et. al, 2018) (Coelho, 2018, p. 255).

A mineradora Samarco Mineração S.A. é conhecida nacionalmente por fazer a prática de lobby. Trazendo para um contexto mais próximo da nossa realidade aqui discutida, podemos citar o financiamento de campanhas políticas de candidatos a vereador e prefeito em Mariana/MG, com o objetivo de se beneficiar com as decisões futuras dos candidatos caso fossem eleitos. O Tribunal Superior Eleitoral informou que apenas a Samarco doou cerca de R\$1,5 milhão para campanhas políticas das eleições de 2012 na cidade, antes do rompimento da barragem de Fundão. O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração¹² monitora os financiamentos desde as eleições de 2012, e indica que as mineradoras ocupam o quarto lugar nos setores que mais doaram para campanhas políticas nos últimos anos

Juntas, doaram R\$ 32,7 milhões para os 15 partidos cujos candidatos disputaram uma vaga na Câmara, principalmente por Minas Gerais, Pará e Bahia, maiores estados mineradores do Brasil. Somente a Vale, que tem participação na Samarco, responsável pela tragédia de Mariana, doou R\$ 22,6 milhões (Estado de Minas, 2015).

Tal dependência política se mostra não apenas pelo financiamento das campanhas, mas também por tornar os representantes políticos reféns das empresas de mineração, principalmente por dependerem dessas empresas para a geração de empregos e receitas fiscais para a população. Podemos ver que a dependência social e política existe a partir da dependência econômica que rege os territórios minerados. A aproximação das empresas mineradoras com a política dá a elas um poder de flexibilizar as leis ambientais, dando maior poder à extração minerária em relação à proteção ao meio ambiente. Toda essa flexibilização foi fator importante para que a tragédia do rompimento da barragem de Fundão acontecesse em Mariana.

¹² “organização que reúne mais de 100 entidades, e que, desde as eleições de 2012, monitora os financiamentos das mineradoras em todo o país” (Estado de Minas, 2015).

Com o rompimento da barragem do Fundão da mineradora Samarco S.A.¹³ no subdistrito Bento Rodrigues, às 15:30 horas aproximadamente do dia 05 de novembro de 2015, a desigualdade no território tornou-se mais evidente. A barragem liberou por volta de 40 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro e sílica, e outros 16 milhões de metros cúbicos continuaram escoando lentamente, segundo o Ministério Público Federal, percorrendo mais de 600km até a foz do Rio Doce.

O caso é considerado pela Bowker & Associates (2015), o maior desastre socioambiental da história do Brasil, e o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração em todo o mundo, deixando 19 mortos e um feto¹⁴ e destruindo cerca de 300 construções. O rompimento, além de devastar Bento Rodrigues, atingiu também Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Borba, Campinas e o distrito de Camargos.

O Estudo de Impactos Ambientais (EIA) feito após o rompimento da barragem (2016) negligenciou áreas atingidas pela lama, como Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa, levando em conta apenas Bento Rodrigues, “mais de 1.200 pessoas ficaram desabrigadas por conta dos impactos do rompimento da barragem” (WANDERLEY, et al., 2016, p. 70).

Nesse sentido, a presença de grupos étnicos politicamente minoritários e economicamente vulneráveis e, por isso, com pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, pode ser compreendida enquanto elemento central da escolha locacional das barragens de rejeitos, bem como da sobrecarga no uso dessa infraestrutura, da ausência de controle e de fiscalização estatal, do descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e da forma como foi conduzido o atendimento às vítimas. Deste modo, o sofrimento desses grupos e as graves perdas ambientais decorrentes do rompimento de barragens, assim como as deficiências, ausências e flexibilizações presentes ao longo do licenciamento e do monitoramento ambiental, são processos inerentes aos ciclos econômicos do setor mineral globalizado (WANDERLEY, et al., 2016, p. 77).

Após o rompimento da barragem de Fundão, as autoridades governamentais e a Samarco se depararam com a incapacidade dos planos emergenciais em situações de desastre na missão de amenizar as consequências na vida dos atingidos. Oito dias após o rompimento, o Governo Federal lançou o Decreto 8.276 de 13 de novembro de 2015, considerando o acontecimento como um desastre natural, o que mostrou a intenção das autoridades em isentar toda a culpa da empresa Samarco sobre a fragilidade de segurança de sua barragem,

¹³ uma joint venture entre a corporação brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton.

¹⁴ O feto não é contabilizado pela Samarco no número de vítimas fatais. Priscila Monteiro perdeu seu bebê de uma gestação de três meses quando foi arrastada por mais de um quilômetro pela lama, segundo a BBC News (2016). Ficou internada durante 13 dias e “desde então, pede que o bebê que carregava na barriga seja reconhecido como a 20ª vítima fatal da tragédia” (BBC News, 2016). A Samarco nega a responsabilidade sobre o feto, dizendo que o estouro da barragem não seria suficiente para ela perder o bebê. A mineradora contratou um especialista meses após o rompimento, que constatou que ela não estava grávida. Priscila nunca viu o resultado do exame, mas tem laudos que comprovam a gravidez, e ainda questiona: “Será que é por que eu tinha perdido o bebê?”.

de um crime que poderia ser evitado e que fora anunciado pelo Instituto Pristínio, ainda em 2013

O laudo recomendava o periódico monitoramento geotécnico e estrutural dos diques e da barragem; e destacava a necessidade de um plano de contingência para situações de risco ou acidentes (Instituto Pristino, 2013). Tais recomendações contrastam com a real inexistência, na área do empreendimento, do mais elementar sistema de alarme sonoro, destinado ao alerta da população do entorno em casos de acidente ou agravamento dos riscos (ZHOURI et al, 2018. p. 41 apud. NOGUEIRA, 2018, p. 29).

O presidente da Samarco atuante no dia do rompimento, Ricardo Vescovi¹⁵, afirmou no dia seguinte ao crime que o sinal sonoro não foi acionado para alertar os moradores sobre o rompimento da barragem. Os funcionários sentiram tremores por volta das 14h, e a partir deste momento a empresa informou à Defesa Civil sobre o rompimento, que por meio de ligações alertou os moradores dos distritos. Segundo UOL Notícias (2015), Cleonice Maria Lucas, ex-companheira de uma das vítimas, afirmou ter recebido a ligação às 16:45 horas, 1 hora e 15 minutos após a barragem romper.

Tais tremores sentidos por funcionários foram registrados pelo Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo, usando dados da Rede Sismológica Brasileira. Imediatamente, os noticiários fizeram o papel de divulgar os tremores como possível causa do rompimento da barragem, o que foi descartado apenas dois meses depois pelo Ministério Público de Minas Gerais: *“Nossa equipe técnica que analisa as causas do rompimento, ela descartou os eventos sísmicos como causas do rompimento. Na magnitude que identificados, o ser humano sequer sente estes abalos. Então a parte relacionada a terremotos ela está descartada como possível causa.”* (PINTO apud. G1, 2016).

Já a Samarco, utilizou-se da informação dos tremores para tentar se isentar da culpa do crime, alegando que os abalos não deveriam ser desprezados. Dez meses após o rompimento a empresa admitiu que haviam falhas na barragem, mas ainda assim afirmando que os abalos foram o gatilho para o rompimento:

O estudo feito por um corpo técnico de quatro especialistas foi contratado pela mineradora e pelas empresas Vale e BHP Billiton e apontou uma série de erros iniciados em 2009, que não foram solucionados, apesar de obras, que se mostraram ineficientes. (...) Por fim, três pequenos abalos sísmicos ocorridos 90 minutos antes da tragédia funcionaram como gatilho para o processo de rompimento, que já estava bastante avançado, como ficou constatado na investigação particular, nomeada de Paineis de Revisão da Barragem de Rejeitos de Fundão (LOPES, 2016).

¹⁵ “O então diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi; o diretor de operações, Kleber Terra; e os três gerentes Germano Lopes, Wagner Milagres e Daviely Rodrigues Silva, são os que ainda respondem pelos crimes de inundação e desmoronamento seguidos de morte, além de delitos ambientais. Eles negam as acusações.” (G1 MINAS, 2020)

Segundo Lopes (2016), os primeiros defeitos na barragem foram constatados já após um ano da construção de Fundão, e nos anos seguintes seu projeto vinha apresentando novos erros, reparos foram feitos nos anos seguintes até 2015 mas se demonstraram insuficientes para conter a lama. O crime poderia ter sido evitado, mas as mineradoras, com o *pós-boom* das *commodities*, focam os investimentos na exploração de minérios, que é a atividade que dá alto retorno, e cortam investimentos em ações de segurança, por exemplo.

A queda do preço do minério, ao contrário do que muitos pensam, fez com que a Samarco intensificasse a produtividade:

O movimento das empresas extrativas de minério tem de se ajustar para o que Wanderley (2017) aponta como um panorama diferente do mercado global, que obriga as mineradoras a adotar o corte de gastos, a revisão de investimentos, venda de ativos, redução dos postos de produção, redução em pesquisar minerais, e o aumento da produtividade. Para o que o autor denomina como “políticas de desinvestimento”, aponta para o comportamento no qual as empresas mineradoras deixam de lado ativos que não dão lucro, e concentram-se, ao máximo, nos locais de alta produtividade e lucratividade (NOGUEIRA, 2018, p. 22).

Observa-se que a motivação da extração minerária é sempre voltada para o lucro, independentemente de quaisquer consequências que isso possa trazer à população e ao meio ambiente. Tanto que, mediante a todos os problemas que a barragem já manifestava, o plano emergencial da Samarco não era nem um pouco satisfatório para abranger todos os efeitos negativos imediatos ao rompimento. A população diretamente atingida pela lama foi levada ao ginásio esportivo de Mariana, contando com apoio de ONG's e também da população da cidade por meio de doações (G1, 2015) de alimentos, roupas e itens básicos de higiene pessoal, visto que todos os pertences das famílias se encontravam soterrados. Posteriormente, as famílias foram levadas a hotéis e começaram a se organizar em busca da viabilização de seus direitos:

[...] Não obstante essa célere medida, as vítimas imediatamente constituíram-se em alvo de instâncias governamentais diversas que, ao enquadrarem a situação como um conflito ambiental ou socioambiental, apresentaram-se como mediadores entre a empresa e os atingidos. Comissões para representação dos atingidos deveriam ser formadas e uma série de reuniões públicas se sucederam (Zhou et al, 2018, p. 32).

Os atingidos tiveram e ainda estão tendo vários direitos negados nesse processo pós rompimento. Com quase dois meses de rompimento, foi ajuizada a Ação Civil Pública de Nº 0400 15 004335-6 que respalda os atingidos e atingidas quanto ao acesso aos seus direitos básicos como moradia, indenizações etc. (ESTEVÃO, 2021).

Para dar suporte ao processo de reparação dos atingidos e atingidas e defender os interesses da mineradora Samarco, foi constituída a Fundação Renova, uma instituição autônoma, acordada por meio do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado em Brasília no dia 02 de março de 2016 pelas empresas desta joint-venture, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Governo Federal, e algumas autarquias/institutos como Ibama, Instituto Chico

Mendes, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria do Meio Ambiente e etc. (vide TTAC6) (ESTEVÃO, 2021, p. 15).

A partir deste momento iniciou-se o trabalho das/os assistentes sociais nas assessorias técnicas com os atingidos de barragem e também em toda rede socioassistencial. A Fundação Renova é, segundo Carrara, Martins e Tomaz (2023), “*uma das frágeis respostas da Samarco às demandas da população marianense*”, além de ser tida pela população como um escudo para a mineradora, que diz ter o intuito de representar as necessidades das pessoas atingidas, mas na verdade utiliza da fundação como uma peça de ferro para viabilizar a empresa e sua produção.

Em busca de um trabalho que respeitasse as demandas da população, os atingidos se organizaram por meio da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e conquistaram por meio de uma audiência pública em 14 de setembro de 2016 o direito de ter uma assessoria técnica independente. A entidade filantrópica escolhida pelas famílias para lutar por uma justa reparação foi a *Cáritas*. Junto à equipe multidisciplinar da *Cáritas*, o trabalho de assistentes sociais é de extrema importância:

Uma vez que trata-se de uma profissão que se insere na divisão sociotécnica do trabalho, entendido a partir de configurações expressas pela relação de classes estabelecida pelo capitalismo, na sua fase monopolista. Assim, a/o assistente social é reconhecida/o como o profissional que responde pelas mais diversas expressões da “questão social”. Aqui, particularizadas na luta pela reparação [...] a/o profissional tem como objetivo contribuir para a viabilização do acesso a direitos sociais, seja atuando diretamente no atendimento ao usuário nos serviços, seja fortalecendo a participação popular, as lutas e resistências por direitos. Na direção do art. 8º do código de ética profissional, alíneas C e D, o profissional deve “contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária” e “empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais” (CFESS, 2011, p.31). (ESTEVÃO, 2021, p. 16).

Seguindo aparato legal da profissão, assistentes sociais passaram a atuar neste campo ainda muito “novo” e, apesar das perspectivas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas darem clareza para a construção de um caminho de estratégias que capacitem as ações profissionais, as particularidades das expressões da “questão social” do objeto de trabalho nesse território trouxeram inúmeras *incertezas* para a categoria.

Toda a rede socioassistencial se viu sobrecarregada em meio ao caos instaurado na região, as demandas postas se tornaram obstáculos que nos trazem hoje inquietações acerca de - frente a toda essa dinâmica apresentada - veicular um trabalho seguindo o projeto ético-político. Os desafios impostos neste momento emergencial serão tema do nosso próximo capítulo, bem como as estratégias para uma atuação qualificada.

CAPÍTULO 2: O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM TERRITÓRIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO/BARRAGENS: LIMITES E POSSIBILIDADES.

*Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade
(Carlos Drummond de Andrade, 2012, p. 34).*

2.1. O Serviço Social na Contemporaneidade

O presente capítulo está estruturado de maneira que nos permite compreender o contexto em que o exercício profissional está imerso na contemporaneidade. Abordaremos os fundamentos a partir dos contornos contemporâneos da profissão a fim de entender e analisar de forma crítica o nosso objeto.

Com a expansão do capital, temos a ampliação das relações de dominação e exploração sobre a classe trabalhadora, que dão origem às múltiplas expressões da “questão social”. A “questão social” é a base de surgimento da profissão e é a partir dela que o Estado passa a intervir na relação entre as classes sociais

Estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista e gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, configurando um novo tipo de enfrentamento às expressões da questão social, diferente das formas anteriores em que predominava a caridade da sociedade ou a repressão do Estado (IAMAMOTO, 2005, apud. MENDES, 2014, p. 89).

O Serviço Social surgiu para trabalhar diretamente com as expressões da “questão social”, fruto do capitalismo monopolista, quando o Estado passa a gerir o conflito de classes na intenção de regulamentação da vida social (MENDES, 2014). A partir deste movimento passam a ser formuladas as políticas sociais em detrimento da classe trabalhadora e enfrentamento da miséria e pobreza causadas pelo capitalismo monopolista.

Entre 1965 e 1975, no auge da Guerra Fria, iniciou-se na América Latina o movimento de reconceituação da profissão a partir dos processos societários da época, “*contestando-se o imperialismo norte-americano e as relações de dependência assim como o colonialismo cultural no Serviço Social com a importação de parâmetros profissionais*” (IAMAMOTO, 2020, p. 44), a fim de construir um Serviço Social latino-americano que correspondesse a sua história. A profissão passou a ser questionada principalmente por estudantes nas universidades da América Latina e Caribe, que discutiam sobre as finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional (IAMAMOTO, 2020).

De base teórica e metodológica eclética, esse movimento assume nítidas feições nacionais, inicialmente polarizado pelas *teorias desenvolvimentistas*, da *teoria da dependência*, e, na década de 1970, ocorrem as *primeiras aproximações do Serviço Social à diversificada tradição marxista*, a partir de manuais de divulgação e de

autores diversos, com raras recorrências às fontes originárias dessa matriz de conhecimento, o que ainda motiva investigação. (IAMAMOTO, 2020, p. 44)

Nesse período surge no Brasil o “Método BH” - como ficou conhecida a proposta de formação acadêmica progressista estendendo-se à *formação teórico-prática e o exercício profissional* - que se integrou ao movimento de reconceituação a partir da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG). Segundo Iamamoto (2020), ao mesmo tempo ocorriam reconstituições¹⁶ de entidades do Serviço Social na América Latina impulsionando a renovação crítica da profissão em nosso país. Outro fator que também contribuiu para propulsar os questionamentos da prática política da categoria e as exigências por novas respostas profissionais foram as fortes lutas operárias em busca da democratização durante a Ditadura Militar (1964- 1985).

Foi com a ascensão dos movimentos das classes sociais trabalhadoras, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos. [...] Tal processo condiciona o horizonte de preocupações emergentes no Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que vai resultar em significativas alterações no ensino, na pesquisa e na organização político-corporativa dos assistentes sociais. Revigora-se uma ampla e fecunda organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais (IAMAMOTO, 2020, p. 45).

Após o movimento de reconceituação que se desenvolveu a partir de 1970, o Serviço Social brasileiro avançou, a partir da reconceituação, com o processo de luta contra o conservadorismo antes apresentado na atuação profissional e em meio acadêmico, consolidando o processo conhecido como renovação. A base normativa da profissão se apresenta pela Lei da Regulamentação de Nº 8.662 de 7 de junho de 1993 e pelo Código de Ética do Assistente Social, também de 1993. Iamamoto (2020, p. 46), define de forma resumida e assertiva os valores éticos que permeiam a profissão:

o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida; o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (CRESS-7ª Região, 2000)

¹⁶ “O Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), organismo acadêmico da Asociación latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets). Tais entidades, no período 1975-1985, desenvolvem uma rica pauta de debates e pesquisas sobre a organização político-corporativa e acadêmica dessa categoria, os sujeitos sociais atendidos, a vinculação institucional do Serviço Social e as políticas sociais; impulsionam a articulação latino-americana e a capacitação profissional permanente, quando a pós-graduação *stricto sensu* apenas iniciava” (IAMAMOTO, 2020, p. 45).

A liberdade do ser social é o ideal buscado pelos princípios norteadores da profissão, mas segundo Iamamoto (2020) existe mais como um projeto do que uma realidade, a sua busca é realizada em forma de efetivação de direitos, garantias sociais e individuais, autonomia e autogestão. *“Na dinâmica das relações entre as classes sociais, o alargamento do patamar dos direitos defronta-se inevitavelmente com os limites impostos pela lógica da acumulação”* (IAMAMOTO, 2020, p. 47). O capitalismo faz o movimento contínuo contra a igualdade e ampliação da cidadania, que são elementos essenciais para uma democracia efetiva. São criados obstáculos que impedem a participação igualitária da apropriação de riquezas socialmente produzidas, impedindo a *emancipação humana*.

O projeto profissional que indica o modo de operar o trabalho profissional não é neutro, mas equipado de *“caráter ético-político”*. A consolidação do projeto se faz do movimento de articulação do mesmo com o exercício da profissão *“nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas.”* (IAMAMOTO, 2020, p. 49).

A partir disso, temos em nosso horizonte sujeitos coletivos e não indivíduos isolados, visando a luta pela hegemonia por meio de uma vontade coletiva, levando em conta os diversos interesses apontados (IAMAMOTO, 2020, apud. COUTINHO, 1991).

A consolidação desse projeto exige radical esforço de integrar o "dever ser" com o trabalho do(a) assistente social. Ou seja, articular o projeto profissional ao exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas. (IAMAMOTO, 2020, p. 49).

Por mais que no Brasil o Serviço Social tenha se regulamentado de forma *“liberal”* - seguindo *“os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional”* (IAMAMOTO, 2020, p. 49), por ser uma profissão assalariada, é condicionado à tensão de compra e venda da força de trabalho, tal fato coloca em risco a autonomia e *“repõe nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre estrutura e ação do sujeito”* tanto em instituições públicas, quanto em instituições privadas (IAMAMOTO, 2020, p. 50).

Os organismos empregadores. redefinem funções e atribuições dos seus empregados; oferecem os recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho: recortam as expressões da "questão social" matéria da atividade profissional, o que condiciona conteúdo do trabalho realizado e **estabelecendo limites e possibilidades a realização dos propósitos profissionais.** (IAMAMOTO, 2020, p. 50).

A autonomia de assistentes sociais resguardada pela legislação é o que permite ao profissional seguir uma direção social no cenário de seu exercício, mas ela depende de forças econômica, política e cultural para ser promovida, além das demandas profissionais que se manifestam a partir das necessidades dos sujeitos sociais que são singulares (IAMAMOTO, 2020).

O trabalho de assistentes sociais intervêm em dimensões particulares e universais atendendo emergências sociais para a luta por direitos em espaços coletivos, planejando e executando políticas públicas; na esfera privada consiste principalmente em *“repassa de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção material”* (CFESS, 2008, apud. IAMAMOTO, 2020, p. 51).

Segundo Iamamoto (2020, p. 51), isso exige competência teórico-metodológica *“para ler a realidade quanto atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais [...] além da sensibilidade e da vontade política que movem a ação”*. A autora também explica as competências e atribuições dos profissionais:

estudos socioeconômicos; orientação social a indivíduos, grupos e famílias; assessorias, consultorias e supervisão técnica; formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa; magistério, direção e supervisão acadêmica, que não têm tido a necessária visibilidade na literatura profissional recente (IAMAMOTO, 2020, p. 51).

Iamamoto (2020) ainda evidencia tendências de raiz liberal que interferem precisamente nas respostas institucionais à “questão social”: *“a primeira é o reforço do individualismo e responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza”* (p. 51), que atribui aos indivíduos a responsabilidade de lutar contra as desigualdades, e dá ao assistente social o papel de condicionar o acesso às políticas públicas por meio da “vigilância¹⁷ socioassistencial” que garante correta utilização de recursos públicos; a segunda é a *“subjetivação de necessidades dos sujeitos”*, como uma tendência de induzir uma aceitação da pobreza, encarando sua *“vivência como questão psicológica”*, tal

¹⁷ “É interessante observar que ao grande capital não é requerida qualquer “vigilância” perante os créditos públicos obtidos para mover seus negócios.” (IAMAMOTO, 2020, p. 51).

moralização da ‘questão social’” - expressa também no voluntariado¹⁸ - eleva as desigualdades e dispensa condições coletivas de classe; a terceira tendência “*é a assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações*”, a burocracia eminente no processo de acesso às políticas públicas incumbe em certos casos a/o assistente social a adentrar o espaço de vida dos indivíduos e famílias, o que pode ser caracterizado como invasão de privacidade, a fim de efetuar controle estatal e produtividade no trabalho por meio da averiguação do modo de vida da família.

Na contramão do mar de individualismo e de insensibilidade ante os dilemas da coletividade, os assistentes sociais no Brasil preservaram sua capacidade de indignação ante desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos. Afirma-se a busca permanente de aperfeiçoamento, a inquietação criadora e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, sintonizados com as necessidades dos sujeitos individuais e coletivos. Consolida-se nova imagem social da profissão relacionada aos direitos, voltada à participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos. Avança-se no reconhecimento, por parte do assistente social de sua condição de trabalhador assalariado, integrado ao trabalho coletivo, na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos (IAMAMOTO, 2020, p 52)

Tais desafios impostos ao trabalho diário de assistentes sociais se tornam eminentes no campo de atuação junto aos atingidos por barragens. O trabalho nesses territórios é atravessado de obstáculos e, é a partir dos fundamentos que buscaremos alternativas para atuar de forma efetiva de acordo com as propostas da profissão.

2.2 Dilemas, limites e possibilidades no trabalho junto aos atingidos por barragens: construindo estratégias e táticas na perspectiva do projeto ético-político.

No presente tópico realizaremos a tarefa de analisar o que a produção bibliográfica sobre o trabalho de assistentes sociais com atingidos/as apresenta como dilemas, limites e possibilidades de assistentes sociais frente aos crimes de rompimento de barragens, de forma a acumular subsídios que colaborem para qualificar essa intervenção.

Para fazer este movimento, utilizaremos a análise temática das cinco produções presentes no Quadro 2: a monografia “O Trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão” de Thatiele Estevão; o CFESS Manifesta “O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidade” de 21 de março de 2022; o artigo “Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres” de Adriana Soares Dutra; o capítulo “A

¹⁸ Segundo Iamamoto (2020) o chamamento ao voluntariado demonstra duas implicações: “a) a desqualificação das necessidades da população sujeitas a um atendimento de segunda classe, não especializado, como se boa vontade substituísse o conhecimento teórico e técnico-político do modo de vida e a cultura das classes subalternas; b) o trabalho voluntário é situado acima do bem e do mal, metafisicamente superior” (IAMAMOTO, 2020, p. 51)

ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: reflexões a partir do crime da Samarco em Mariana” de Cristiane Silva Tomaz, Sara Araújo Martins e Virgínia Alves Carrara do livro “Questão Social”, Mineração e Serviço Social: reflexões a partir da região dos inconfidentes” dos organizadores Claudio Horst e Virgínia Carrara; e a monografia “O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social” de Marcilene Silva do Carmo.

No primeiro momento da exposição da nossa análise, apresentaremos os principais destaques de cada material bibliográfico analisado. Para, posteriormente, avançarmos para as sínteses dos materiais apresentando os dilemas, os limites e as possibilidades apresentadas pelas bibliografias que já refletiram sobre o trabalho de assistentes sociais nesse âmbito.

Vamos iniciar com base nas elucidações de Dutra (2020) no artigo “*Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres*”, para pautar o trabalho a partir dos desafios e, por fim, aferir as reflexões e perspectivas do mesmo.

Dutra (2020), com base em Quarantelli (2015), parte da ideia de que os desastres são processos resultantes das ações humanas e estão enraizados na estrutura social, desmistificando a ideia de que são acontecimentos isolados, inesperados e casuais

A fonte ou a origem dos desastres se encontra no próprio sistema no qual eles aparecem. Eles não devem ser vistos como o resultado de uma força externa oriunda de impactos que atingem o sistema social (QUARANTELLI, 2015, p. 42, apud. Dutra, 2020, p. 01).

É importante que entendamos essa definição de desastres partindo da dinâmica social do capitalismo e das relações coletivas, suspendendo a ideia de que são fenômenos naturais. São frutos de desigualdades, “*de acordo com o que aponta Siqueira (2015), [...] os desastres tanto agudizam expressões da questão social, como são, em si mesmos, mais uma dessas expressões, tendo em vista que, no sistema socioeconômico vigente, se manifesta como resultante de um conjunto de elementos*” (DUTRA, 2020, p. 02). Os desastres atingem uma parcela específica da população, que já é privada de inúmeros direitos como saúde, moradia, educação e saneamento básico, sendo pessoas em situação de constante vulnerabilidade.

O trabalho de assistentes sociais está atrelado intrinsecamente aos desastres, mas o que vemos é uma atuação focalizada nos impactos causados. O comparecimento da categoria é acionado de forma eventual e **emergencial**, distanciando os profissionais de “*uma concepção ampliada dos desastres, dificultando a ultrapassagem da lógica hegemônica*”

(DUTRA, 2020, p. 03). Temos como componentes fundamentais para o exercício profissional a “**perspectiva de totalidade**” e de “**análise crítica**” em qualquer campo, mas ainda mais urgente para ser aplicado na intervenção em territórios atingidos por desastres. O imediatismo da atuação traz consigo, segundo Dutra (2020), uma

prevalência de ações fragmentadas, focalizadas e sem continuidade, o que não se constitui em uma peculiaridade do trabalho desenvolvido por assistentes sociais neste campo, ela vem de longa data conforme abordado em estudos que versam sobre a criação e o desenvolvimento da defesa civil no Brasil (DUTRA, 2018), marcados pela ampla participação dos militares, pelo voluntarismo e pelo pragmatismo como algumas de suas características. (DUTRA, 2020, p. 03)

Em relação ao trabalho de assistentes sociais estarem vinculados ao trabalho da Defesa Civil em situações de desastres, podemos, segundo a autora, observá-lo como relevante, apesar de subalternizado. Este lugar de **subalternidade** em que se encontra não é uma característica inédita na história do Serviço Social e está inerente ao trabalho entre equipes interdisciplinares, pautado no **conservadorismo** que, apesar da renovação da profissão, se encontra presente até os dias atuais. Diante desse desafio e de um *exercício profissional voltado para execução terminal das políticas públicas*, juntamente da dificuldade em seguir com um *atendimento continuado*, percebemos os obstáculos que a categoria enfrenta para articular as dimensões que dão sustentação à profissão em sua vertente crítica (DUTRA, 2020).

Dutra (2020) fala sobre a mobilização em torno dos impactos causados pelos desastres. Nesse momento imediato de mitigar as consequências para a população, ocorre um chamamento de profissionais na região, que não é feito de forma clara em relação às atribuições a serem realizadas ali. Observa-se uma **ausência de capacitação** prévia para o trabalho junto aos órgãos de proteção e defesa civil

que reforça a lógica do “aprender fazendo”, em detrimento de um investimento formativo dos profissionais no tema. Essa situação encontra certo respaldo na **cultura voluntarista** presente tanto na defesa civil como no Serviço Social, a partir da qual valores pessoais e até mesmo religiosos, como a solidariedade, a compaixão e a generosidade são enaltecidos, secundarizando e, algumas vezes, invalidando valores e compromissos profissionais, conforme abordado por Ortiz (2010) (DUTRA, 2020, p. 05).

Em meio ao trabalho da equipe interdisciplinar, a função de assistente social é reconhecida pela “*suposta capacidade de repasse de informações técnicas aos afetados, tornando-as compreensíveis e mais facilmente aceitáveis*” (DUTRA, 2020, p. 05), que pode reduzir o trabalho a uma mera “*tradução de linguagem*”. Segundo a autora, assim ignorando a formação e o acúmulo teórico que a categoria emprega em sua intervenção. No conjunto de ações imediatistas após os desastres, temos, segundo Dutra (2020, p. 04):

o atendimento das famílias in loco, visando o suprimento de necessidades básicas, a retirada da população das áreas consideradas de risco, ainda que a definição de área de risco mereça ser problematizada, o cadastramento de famílias para concessão de benefícios e a gestão de abrigos e donativos (DUTRA, 2018).

Ficam então como responsabilidade de assistentes sociais “*as expressões da questão social produzidas ou agudizadas pelos desastres*” (DUTRA, 2020, p. 05), em forma de **assistencialismo** de caráter conservador, assumindo funções designadas por outros profissionais que não são de suas competências e atribuições. A inserção precária do profissional na gestão dos desastres nos traz essa condição que Dutra (2020) denomina como “**subalternidade técnica e social**”, que limita a/o assistente social de participar ativamente do planejamento de políticas públicas. Portando, toda essa “**abordagem hegemônica dos desastres**” agrega

a concepção dos desastres como eventos pontuais e desvinculados no sistema social; a perspectiva objetivista do risco, que atribui aos indivíduos, isoladamente, a responsabilidade pelas suas condições de vida e vulnerabilidades; a prevalência de práticas imediatistas; entre outros aspectos, fazem com que, no campo dos desastres, sejam identificados valores e ações muito mais voltados aos traços que marcam a profissão em sua origem, como o assistencialismo e o clientelismo, no tratamento das expressões da questão social, em uma perspectiva moralizadora, do que propriamente para os princípios e objetivos que definem o projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade (DUTRA, 2020, p. 06-07).

A prática profissional acontece a partir das demandas postas e sua capacidade de respondê-las de acordo com o que é proposto pelo Projeto Ético Político da profissão.

Nesse sentido, o trabalho no campo dos desastres nos remete também à necessidade do conhecimento do aparato mais instrumental que compõe a gestão dos desastres, como os Planos de Resposta a Emergência ou planos de contingência, os estudos de análise de risco, a própria Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), sistematizada na Lei n.º 12.608, de 2012, assim como de elaboração de programas e projetos que deem respaldo ao exercício profissional neste campo, que esclareçam os objetivos do trabalho, buscando seu alinhamento com o projeto ético-político do Serviço Social e diminuindo os riscos de cairmos nos encantos do discurso hegemônico (DUTRA, 2020, p. 08).

Portanto, a crítica às tendências que fortalecem os desafios na atuação em desastres não negam uma atuação pós-impacto. As ações de emergência são de extrema importância no exercício profissional e o trabalho imediato deve acontecer de forma a mitigar as consequências abrangentes naquele momento. O que deve ocorrer é um movimento a apreender com totalidade a situação dos sujeitos individuais e coletivos, porém, tal movimento se torna dificultado também pela imediaticidade e **burocratização** no momento dos questionários de cadastramento de atingidos, desconsiderando a direção social do trabalho.

A partir de uma apreensão dos fenômenos desconectados de sua essência e historicidade, produz-se uma supervalorização do aqui e agora na qual o conhecimento válido passa a ser aquele que advém da experiência como sujeito singular, referente a um objeto também singular. (DUTRA, 2020, p. 09)

O trabalho na gestão dos desastres anterior e posterior à crise aguda, envolvendo **planejamento, assessorias e avaliação de projetos** traz para o campo ações mais qualificadas que nos permitem apreender a totalidade do campo, e evitar que sejam forçadas respostas profissionais:

Cabe lembrar aqui a importância de representantes da categoria na elaboração de planos diretores, processos de regularização fundiária e gestão de terras e na construção e distribuição de moradias populares. Quando voltados para a garantia de direitos e para a escuta da população interessada, estes processos apresentam avanços importantes, garantindo acesso a bens e serviços e, principalmente, o fomento a uma outra perspectiva de direito à cidade (DUTRA, 2020, p. 11).

Compete ao assistente social, a partir de uma **autonomia relativa**¹⁹, construir estratégias em seu exercício profissional a fim de elaborar e executar suas atividades articuladas ao conhecimento da categoria e ao trabalho da Defesa Civil, mantendo-se coerente com o Projeto Ético Político.

O CFESS Manifesta publicou em 2022 uma cartilha sobre “*O trabalho dos assistentes sociais em situações de calamidades*”, dando um maior direcionamento para a atuação dos profissionais neste campo. A primeira afirmação se relaciona à definição de Dutra (2020) acerca de desastres:

A crise ambiental é resultante do modelo capitalista e da sua ganância infinita e sem limites, voltada à exploração exacerbada das diversas frações da classe trabalhadora e do planeta, necessárias para o processo de acumulação no capitalismo. (CFESS MANIFESTA, 2020, n.p)

Partindo também do pressuposto de que os desastres não são eventos inesperados e descolados da sociedade burguesa, eles atingem uma parcela da população atravessada historicamente pelas dinâmicas de exploração, opressão e violação de direitos em detrimento do desenvolvimento econômico, “*este é o chamado racismo ambiental, que expressa a carga desproporcional dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais sobre os grupos étnico-raciais mais vulneráveis*” (CFESS Manifesta, 2022, n.p). Os “desastres” e “calamidades” são expressões da “questão social” e fazem parte de um território formado historicamente pela sua expropriação e capitalização.

¹⁹ “a autonomia relativa refere-se à certa liberdade que o assistente social dispõe no desenvolvimento de seu trabalho, apesar dos limites colocados pelas instituições e pela sociedade burguesa, de forma mais geral. Essa autonomia possui certa elasticidade, sendo assim, poderá aumentar ou diminuir de acordo com a correlação de forças” (DUTRA, 2020, p. 11)

A cartilha nos atenta para a necessidade de um **olhar crítico** por meio da dimensão investigativa do trabalho profissional a fim de construir respostas não fragmentadas - a partir dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que asseguram o trabalho profissional - para as demandas postas e agudizadas pelas expressões da "questão social". Devido ao esporádico chamamento de assistentes sociais para enfrentar, junto aos órgãos de proteção e defesa civil, os impactos causados pelas calamidades, é imposto um **trabalho focalizado e eventual**, pautado em ações **emergenciais e imediatistas** (CFESS, 2022).

Segundo o CFESS Manifesta (2022, n.p), essa tendência a ações fragmentadas, focalizadas e sem continuidade pode estar presente nos *“diversos serviços em que a categoria está inserida para o atendimento às famílias: a retirada da população das áreas; o cadastramento de famílias para concessão de benefícios, entre outros direitos; a gestão de abrigos e donativos, etc”*. Como agravante desse imediatismo temos a ausência de preparo técnico prévio, sem respaldo e orientações ou suporte por parte das instituições públicas, o que recai sobre os profissionais de forma a impactar a qualidade dos serviços prestados (CFESS, 2022).

Além disso, o CFESS sinaliza sobre a questão do **voluntariado**, alertando para o cuidado em não fazer uma percepção equivocada do Código de Ética ao acreditar que a atuação em territórios de calamidades estaria ligada à “promoção do bem comum”, isso reforça uma **imagem conservadora** da profissão (CFESS, 2022).

As demandas, devido ao sucateamento e à sobrecarga do trabalho, muitas das vezes não são sanadas, fazendo assim com que as expressões da “questão social” permaneçam após o imediato. É por meio da construção de um trabalho planejado e da continuidade das ações que os profissionais caminham para fugir do imediatismo. Sobre a intervenção profissional a partir de uma gestão das calamidades, fugindo das ações emergenciais, o CFESS Manifesta (2022) afirma:

A categoria tem condições de contribuir na prevenção das situações de calamidade, gerar conhecimento sobre os riscos, construir respostas e frentes que busquem a viabilização do acesso a direitos diante das calamidades, assim como atuar na recuperação e reconstrução dos territórios, impactando social e culturalmente nas vidas das pessoas afetadas. (n.p)

Para isso, o profissional deve conhecer o aparato legal e instrumental da profissão, *“por exemplo: os Planos de Respostas a Emergências e/ou Planos de Contingência; a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/12); os programas e projetos que*

os municípios/estados podem construir; e as próprias legislações da profissão” (CFESS Manifesta, 2022).

No livro “*Questão Social, Mineração e Serviço Social*” temos o capítulo “*A ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: reflexões a partir do crime da Samarco em Mariana*” de autoria de Carrara, Martins e Tomaz (2023), no qual as autoras fazem análise das “novas” demandas postas à categoria frente situações emergenciais de calamidade pública, levando em conta o trabalho de assistentes sociais após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG.

O trabalho das/os profissionais consistia no acolhimento e orientação das famílias e, por meio burocrático, o cadastro dos sobreviventes, desaparecidos e falecidos. Posteriormente, um encaminhamento e acompanhamento para o acesso aos direitos. Um dos desafios apontados inicialmente naquele momento imediato após rompimento, foi o de assistentes sociais convocados pelo dever ético-político dividirem o mesmo espaço de voluntários movidos pela solidariedade à população atingida, dando aos assistente sociais o trabalho extra de organizar e supervisionar o trabalho dos voluntários.

Nesse sentido, as ações humanitárias de populares, voluntários leigos, colidiam no espaço/tempo com as intervenções emergenciais profissionais (ético-políticas e técnico-operativas) que eram requeridas. Muitos desses leigos, investidos de legitimidade político-ideológica na comunidade local, potencializavam o caos, especialmente com a ingerência na atuação dos(as) assistentes sociais, como: criando novos cadastros, encaminhando os atingidos para casas de familiares sem a realização de cadastros, avaliando a urgência de catalogar e organizar os donativos etc (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023, p. 108).

Tornou-se tarefa de assistentes sociais naquela conjuntura fazer o que indica o Art. 3º do Código de Ética da profissão (Brasil, 1993), “*participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades*” (Brasil, 1993, p. 27), ao mesmo tempo em que lidavam com o caos potencializado pela boa vontade da população em ajudar. O trabalho de assistentes sociais foi frequentemente confundido com o **voluntarismo**, mesmo que as condições naquele momento viessem a exigir trato teórico, histórico e metodológico da realidade social (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023).

A lógica de “solidariedade social” se volta para a auto-responsabilização do sujeito, e tira também do Estado (além da mineradora) a responsabilidade de atenuar as consequências no momento pós desastre. Segundo as autoras, o que se via era uma ausência de profissionais de todas as áreas com qualificação para atuar na situação de desastre, evidenciando a falta de um “Plano emergencial” por parte da gestão pública.

Por um lado, temos na política de assistência social a provisão suplementar pela via do **Benefício Eventual** como uma resposta imediata, mas que, ao mesmo tempo, significa a existência de uma regulamentação, um planejamento e um orçamento, quando assumida como política de Estado. Por outro lado, temos o **ordenamento jurídico brasileiro**, assentado sobre a tríplice responsabilidade (penal, administrativa e civil) em matéria ambiental e na responsabilidade objetiva pela reparação dos danos ao meio ambiente, baseado no art. 225, § 3º da Constituição Federal de 1988, e em um vasto e disperso conjunto de normas federais — como a Lei no 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei no 7.347/1985 (Ação Civil Pública), a Lei no 9.605/1998 (sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente) e a Lei no 12.334/2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens), além das normas estaduais aplicáveis — que facilita o (des)controle por parte do poder público nos acordos e negociações realizados pelo causador do dano ambiental, em meio a este cipoal legislativo, consoante expressão de Milaré (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023, p. 109).

A legislação do país impõe a reparação dos danos ambientais àqueles que os causaram. A mensuração de todos os danos ambientais, materiais, econômicos, sociais e culturais se faz por conta da empresa Samarco. Para esse fim, são contratados inúmeros profissionais, dentre eles as/os assistentes sociais, e quem ficou responsável por essa reparação foi a Fundação Renova (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023). Os profissionais terceirizados e até mesmo quarteirizados se expõem a vínculos trabalhistas extremamente precários, ademais, sua atuação se torna refém das intenções da empresa causadora de todos os danos. A autonomia do profissional é colocada em pauta de forma ainda mais preocupante quanto é ameaçada pela empresa que o contrata.

Carrara, Martins e Tomaz (2023) citam as ações **patrimonialistas e clientelistas** no trabalho profissional na região, apesar dos profissionais terem a partir dos fundamentos da profissão aparato teórico para lidar de acordo com o Código de Ética profissional.

[...] ainda que o acúmulo teórico-metodológico e técnico-operativo para a ação profissional dos(as) assistentes sociais em situações como a ocorrida em Mariana esteja em construção e seja pouco solidificado, não podemos desconsiderar nossa capacidade de leitura de totalidade, que não nos permite desvincular, secundarizar ou descartar a intrínseca relação entre o fenômeno e a luta de classes na sociedade capitalista em sua configuração contemporânea (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023, p. 114).

A **apreensão da totalidade**, como já discutido anteriormente, é dificultada por neste caso de desastre o trabalho com os atingidos ter se iniciado de forma emergencial. É imprescindível um acompanhamento continuado das famílias atingidas para entender as demandas postas pelas mesmas na reparação.

As competências e deveres profissionais estão para além da ajuda emergencial e do acolhimento da dor emocional, reconhecendo-os como aspectos e momentos relevantes desse processo, mas sem perder de vista que o debate sobre a profissão de serviço social tem como norte o projeto ético-político e profissional (CARRARA, MARTINS, TOMAZ, 2023, p. 114).

A partir da monografia “*O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: Reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social*” de Carmo (2021), podemos visualizar de forma mais assertiva a prática de assistentes sociais de acordo com a vivência da autora.

Carmo (2022), assim como as autoras já analisadas, cita o imediatismo presente nas demandas postas após o rompimento, além de caracterizá-las também como **objetivas e institucionais**. Os profissionais de toda rede socioassistencial recebiam a função de atuar por meio de políticas setoriais fracionadas e fragmentadas, que no momento se materializam em forma dos benefícios eventuais, como a cesta básica e o auxílio funeral. De acordo com Teixeira (2019) apud. Carmo (2020), essa dinâmica do exercício profissional impede o profissional de apreender a totalidade da realidade, trazendo

Uma análise parcial, recortada, resultando em uma intervenção focalizada, imediatista, pontual que “mistifica a realidade”. A aparência da natureza dessas relações sociais é direcionada a **ótica da individualização**, em detrimento do coletivo, *transformando o conjunto dos problemas sociais em problemas pessoais*, individuais, colocado os problemas sociais sobre o público (coletivo) e o privado (individual)” (TEIXEIRA, 2019, p.86, apud. CARMO, 2020, p. 68).

O sucateamento dos serviços socioassistenciais se intensificava devido a esses fatores somados à alta demanda de famílias a serem atendidas. Segundo Carmo (2020), as/os assistentes sociais tinham um número de famílias referenciadas acima do que eram capazes de suprir, a sobrecarga de trabalho trazia frustração por não permitir uma intervenção de qualidade.

As assistentes sociais questionavam a gestão sobre a protocolização principalmente em relação ao Programa de Inclusão Produtiva (Renda Mínima), e colocaram em debate a questão do “fazer profissional” e o “saber profissional” a partir do momento em que lhes são atribuídas demandas para além do que realmente eram/são consideradas como a “atribuição profissional”, e a importância de se respeitar a capacidade laboral e os limites de cada profissional (CARMO, 2020, p. 69).

Os limites das/os profissionais eram ultrapassados no momento em que, de acordo com Carmo (2020), haviam apenas no CRAS/Colinas 175 famílias atingidas sendo atendidas por apenas uma assistente social e uma psicóloga, somadas às famílias que anteriormente já tinham suas demandas não relacionadas ao desastre sendo atendidas pelo equipamento. Além disso, as profissionais se deparavam com as dúvidas em torno das demandas apresentadas, se as mesmas seriam de atribuição da categoria ou seriam demandas da psicologia (CARMO, 2020). Isso porque,

para além da dimensão objetiva que se materializava durante o fazer profissional, existia uma dimensão subjetiva que se materializava pelo modo no qual a profissional absorve conscientemente o significado, a representatividade profissional, que além de legitimar sua intervenção, conduz a direção social do

exercício profissional, e era exatamente neste viés que faltava o entendimento de que a subjetividade no Serviço Social não é pautada na psicologização, no tratamento da saúde mental, e sim no ato da intervenção através do acolhimento e reconhecimento das demandas, na autonomia e nas relações de trabalho (CARMO, 2020, p. 71).

As queixas de profissionais sobre não haver preparo técnico instrumental para atuar por meio da dimensão técnico operativa qualificada eram constantes (CARMO, 2020). A autora nos faz perceber que, por parte da categoria, não existia anterior ao crime um movimento que propunha conhecimento teórico do território de atuação, ou até mesmo solicitações à universidade por grupos de estudo acerca do campo atingido por mineração ou ao CRESS por cursos de capacitação sobre a temática (CARMO, 2020).

Diante da condição de trabalhadoras assalariadas se evidenciava outro desafio já visualizado na história do Serviço Social, a Renova era quem direcionava o instrumental técnico das profissionais, sujeitando-os a um cronograma e planejamento semanal que definia o número de visitas domiciliares a serem realizadas. Tal controle feria a relativa autonomia dos profissionais em construir respostas sobre as demandas de acordo com os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão (CARMO, 2020).

O desafio de combater o **tecnicismo**, que era cada vez mais fortalecido pela demanda pública e privada, se via presente em toda a rede. Carmo (2020) ressalta a importância da dimensão técnico-operativa ao executar as respostas no fazer profissional:

Guerra (2013, p.49) coloca que a definição sobre o que fazer e como fazer tem que ser articulados ao porquê fazer (significado social da profissão e sua funcionalidade ou não do padrão dominante), ao para que fazer (ao para que fazer indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao com o que fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema(s) de mediações) (CARMO, 2020, p. 74).

Assistentes sociais devem sair da conformidade das tendências do conservadorismo a fim de analisar o que é objeto de intervenção e o que são as expressões da “questão social”. Tais demandas, segundo Carmo (2020), exigem de assistentes sociais um posicionamento para além de viabilizar direitos, para além da imediatividade imposta após o desastre, através da intervenção contínua (CARMO, 2020).

Carmo (2020) problematiza os atendimentos e “visitas domiciliares” que, por meio da burocratização invadem a privacidade das famílias a fim de “desnudar” a realidade do contexto em que estão inseridas. É como se o acompanhamento das famílias fosse um “raio x da vida social” com o propósito de analisar socioeconomicamente o núcleo familiar. Apesar da burocratização institucionalizada que é necessária para fazer valer as leis que concedem benefícios e efetivam políticas públicas, Mariana tem uma política de assistência que

frequentemente é ferida pelas ações políticas no município. As promessas dos políticos para a população muitas das vezes se tornam demandas diretas ao assistente social, que por estar em um lugar de trabalhador assalariado se vê refém do tecnicismo ao ter que responder às solicitações das figuras públicas da região (CARMO, 2020). A autora afirma a partir de Iamamoto (2007):

é necessário nos livrarmos das amarras da competência institucionalizada que nos subordina indo na contramão da direção social e defendermos uma “competência que contribua para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial, recusa o papel de tutela e controle das classes subalternas em seus diferentes segmentos e grupos[...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 144, apud. CARMO, 2002, p. 76).

Em “*O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão*”, Estevão (2021) entrevistou cinco assistentes sociais que trabalham ou já trabalharam na assessoria aos atingidos pela barragem de Fundão e que não tinham experiência com assessorias ao se inserirem nesse espaço de trabalho. Formadas pelo ensino presencial e contratadas em regime CLT pelo cargo de assessor técnico, as profissionais entrevistadas trabalhavam com uma carga horária semanal entre 40 e 44 horas²⁰. Ao analisar o currículo das universidades de formação das entrevistadas, a autora nota que o debate sobre mineração ou formação sócio histórica mineira não está explicitamente presente nas matrizes curriculares, ausência esta que compromete o trabalho profissional na direção social do PEP (ESTEVÃO, 2021).

Estevão (2020), ao perguntar às entrevistadas se “*o conhecimento adquirido durante a graduação deu conta de responder às demandas do Serviço Social neste campo de trabalho*”, obteve “não” como resposta em 60% dos casos. Tal situação foi identificada também por Carmo (2020) como uma das maiores queixas de assistentes sociais em seu momento de estágio na rede socioassistencial de Mariana/MG. Apesar disso, pressupõe-se que os fundamentos da profissão habilitem o profissional para qualquer ambiente de trabalho pois

Os Núcleos de Fundamentação apresentam-se como essenciais para a análise da profissão e são estratégias metodológicas de construir a formação profissional e o seu exercício teórico-prático cotidiano, tomando o Serviço Social como totalidade (TEIXEIRA, 2019, p. 83, apud. ESTEVÃO, 2021, p. 56-57).

Por meio de uma **educação continuada**, assistentes sociais devem estar aptos a responder às demandas, porém, Estevão (2020) parte do pressuposto de que a formação profissional inicial compreende um perfil de formação generalista, e não especialista. “*É necessário que se reconheçam os limites da formação inicial para, assim, buscar-se*

²⁰ A carga horária de trabalho da/o assistente social no Brasil é regulamentada pela Lei 12317/10 de 2010 em 30 horas semanais. Para driblar essa alteração da Regulamentação Profissional dos Assistentes Sociais (Lei 8.662/1993), muitas empresas contratam os profissionais em cargos de outro nome, como assessor, analista de recursos humanos, analista de relações sociais, dentre outros.

capacitação para o aprofundamento a partir dos fundamentos da profissão, dos objetos de trabalho específicos, em sua maioria não amadurecidos em sua totalidade durante a formação” (ESTEVÃO, 2021, p. 60)

Para além dos desafios relacionados à formação, temos a morosidade do processo de cadastramento e de reparação integral devido ao atraso na liberação de recursos. Esses empecilhos atrapalhavam o trabalho de toda equipe multidisciplinar nas assessorias e eram motivo de sobrecarga dos profissionais:

O atraso na renovação dos projetos do Cadastro e Assessoria Jurídica, expirados desde março de 2020, fez com que a Cáritas operasse com equipes de assessores reduzidas e com dificuldades nas manutenções de equipamentos (computadores, internet e dispositivos móveis), condições que muitas vezes dificultam a comunicação com as famílias atingidas e impedem, por exemplo, a conclusão de etapas do processo de cadastramento (BARROS, 2021, n.p, apud. ESTEVÃO, 2021, p. 62)

Muitas das entrevistadas por Estevão citam o que foi definido por Dutra (2020) como trabalho de “*tradução de linguagem*”: sanar dúvidas e questões referentes à reparação imediata; escuta técnica; registrar por meio dos cadastros sem permissão de qualquer intervenção. Por ser um novo campo de atuação, não haviam respostas concretas para as perguntas da população atingida, assim, a/o assistente social tinha seu fazer profissional limitado a desvendar as expressões da questão social no território. Além disso, as empresas mineradoras ofereciam “direitos” distintos aos atingidos, o que ocasionava em conflito entre familiares e comunidade, dificultando o trabalho das/os assistentes sociais. O **envolvimento da empresa** no campo era um desafio para a rede socioassistencial que já se encontrava fragilizada (ESTEVÃO, 2021). A desvalorização do trabalho da/o assistente social, que o coloca em condição de instabilidade da classe trabalhadora perante aos contratantes, evidencia a **relativa autonomia** do profissional inserido nestes campos (ESTEVÃO, 2021).

As **demandas setorizadas** aparecem com frequência no trabalho de assistentes sociais e, no trabalho com atingidos por mineração conseguimos observar com mais clareza, o profissional da categoria é chamado para responder de forma fragmentada devido ao formato que as políticas sociais e instituições se organizam (ESTEVÃO, 2021). Tal fator dificulta em grande escala o trabalho de acordo com normas éticas, visto que o ideal é apreender cada demanda em sua totalidade para permitir uma resposta adequada a cada caso.

Falamos de uma categoria que lida com o sujeito vivo, não materializado em “produtos”, em bens materiais, falamos de profissionais que lidam com as/os sujeitos atravessados pela barbárie burguesa, que possuem como objeto de trabalho as expressões da “questão social”. Tal tarefa se concretiza em um árduo trabalho, aos termos que limitar a atuação profissional a uma fração da expressão da “questão social” apresentada pelo usuário, mesmo sabendo que o seu fazer profissional poderia contribuir para além do que está posto. (ESTEVÃO, 2021, p. 65)

Em territórios atingidos, como vemos também em outros espaços de atuação da/o assistente social, o trabalho acontece de forma multidisciplinar e deve ser pensado em conjunto com outras profissões. Além disso, exige das/os assistentes sociais a **participação popular em movimentos sociais** junto à comunidade atingida, a **consciência coletiva** deve estar presente em todo fazer profissional. Em Mariana temos o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o MAM (Movimento pela Soberania Popular na Mineração), e é de extrema importância a tarefa de aderir a estes movimentos.

Além dos profissionais que trabalham nas assessorias independentes, existe todo um **diálogo a ser feito entre a categoria**, nas redes de proteção socioassistencial, pois as/os assistentes sociais em assessorias não obtêm recursos para um acolhimento continuado aos atingidos. Segundo relato de uma entrevistada pela autora *“a relação entre a Assessoria e a rede tem se fortalecido com o tempo. Com o passar dos anos, fica cada vez mais evidente a necessidade da rede intervir e acompanhar de forma mais efetiva os desdobramentos impostos pelo crime continuado”* (ESTEVÃO, 2021, p. 78). Na rede de proteção socioassistencial temos os equipamentos:

Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e demais equipamentos que propiciem o acolhimento das demandas dos/as usuários/as e a garantia da efetivação de seus direitos. O município de Mariana, por exemplo, conta com alguns outros equipamentos como o Conviver, e os Centros de Atenção Psicossocial, CAPS I, CAPSij (CRESCER) e CAPS Álcool e Drogas. (ESTEVÃO, 2021, p. 75).

Estevão (2021) destaca os instrumentos e ações mais utilizados e mencionados pelas assistentes sociais entrevistadas, que foram: “coleta de termo, acolhimento social, reuniões em grupo e parecer social”. Bem como a sistematização de dados e elaboração de documentos que compete somente ao Serviço Social, o acolhimento social é destacado pela autora como uma atribuição de extrema importância, a ser feito de forma presencial:

Se torna um momento único no contato com os usuários e é a partir deste momento que conseguimos identificar no nosso objeto de trabalho quais expressões da “questão social” são mais evidentes nestes espaços para, posteriormente, haver a construção das respostas profissionais (ESTEVÃO, 2021, p. 70).

Uma das assistentes sociais entrevistadas por Estevão (2021) nos dá um parecer importante sobre o desafio de trabalho nas assessorias:

O trabalho do assistente social no âmbito de uma assessoria técnica se dá inicialmente pela escuta do sujeito que tem seus direitos violados sem muitas vezes terem sido público da assistência social. Este é um grande desafio, pois quando há uma situação adversa como um rompimento de barragem ou deslocamento de famílias para outras áreas, a fragilidade passa a ser a principal questão dessas famílias. Entender essa fragilidade e necessidade de escuta e atendimento social, é um desafio do profissional que tem que ser cotidianamente construído e capacitado com estudos e formação (ESTEVÃO, 2021, p. 71).

O cuidado no atendimento, entendendo a particularidade de cada família, realizando diálogos democráticos com a comunidade e conhecendo a conjuntura local - se atentando às mudanças também na legislação acerca do tema - traz possibilidades para esse “novo” espaço de atuação. É importante conhecer a fundo o seu campo de atuação para assim levar alternativas que viabilizem os direitos da população.

2.3 Construindo estratégias e táticas a partir dos dilemas e possibilidades.

Neste tópico temos como objetivo sintetizar os pontos mais importantes colocados na análise bibliográfica, inicialmente apresentada acima. Com esta finalidade, sinalizaremos os principais *limites e dilemas* presentes no trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos por barragens, bem como as possibilidades que contribuem para este trabalho fortalecendo o espaço profissional. Para isso, inicialmente, vamos fazer o breve caminho de captar melhor o campo em que assistentes sociais que trabalham com atingidos estão inseridos, segundo as análises bibliográficas realizadas no 2.2.

É importante reiterar que geralmente as empresas mineradoras instalam seus empreendimentos em regiões afastadas dos centros urbanos de municípios ricos em minério. Trazendo para a nossa realidade, em Mariana, as empresas ocupam áreas de distritos e subdistritos pouco habitados e com uma vasta história e identidade - mas ainda assim as empresas atingem toda população em volta. Mariana, como os muitos outros municípios minerados, tem uma política quase que completamente voltada para a mineração, como vimos no primeiro capítulo, e se caracteriza como uma cidade conservadora em suas ações de políticas públicas.

O trabalho de assistentes sociais nesses campos pode ser exercido a partir da assessoria - tanto independente, quanto assessoria vinculada empresa (a Fundação Renova, por exemplo) - e em toda a rede socioassistencial do município. Para entender o porquê de toda a rede socioassistencial trabalhar com atingidos - direta ou indiretamente - mesmo que o profissional não tenha sido convocado para participar do processo de reparação, retomamos a afirmação de Mascarenhas (2019) de que todos nós neste território somos atingidos, e também todos a quem direcionamos os nossos serviços.

Portanto, os CRAS, os CREAS, o Conviver²¹, CAPS I, CAPSij (CRESCER) e CAPS Álcool e Drogas são espaços de atuação com atingidos indireta ou diretamente pela barragem,

²¹ Serviço de Atenção Psicossocial de Mariana/MG.

bem como em quaisquer outros serviços de saúde e educação, por exemplo, que tem em sua equipe multidisciplinar uma/um assistente social.

Sendo assim, passaremos aos principais dilemas e limites da profissão no campo e, partindo dessa ideia de que todo o trabalho da categoria está ligado à atingidos, iremos propor possibilidades que permeiam a atuação de profissionais *pré e após* o rompimento da barragem em toda a rede. O tópico está dividido em dois subtópicos: 2.3.1 Limites e Dilemas impostos ao trabalho profissional; e 2.3.2 Possibilidades em construir respostas às demandas. Estes subtópicos apresentam uma síntese das principais características do trabalho realizado com atingidos de barragens/mineração, bem como as possibilidades encontradas pelas autoras analisadas.

2.3.1. Limites e Dilemas impostos ao trabalho profissional

Após a nossa análise, é inegável que são vastos os limites e dilemas postos ao trabalho profissional, contudo podemos encontrar os desafios que mais foram citados pelas autoras estudadas. A partir dos relatos de assistentes sociais expostos por Estevão (2021) e Carmo (2021), a *insegurança e a falta de conhecimento* na execução de atribuições e competências neste campo de atuação não favorecem o trabalho profissional. Dilema que é atravessado por diversas determinações, conforme nos chamou atenção Netto (1996),

[...] as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais "seguros", mais "legitimados"), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições - por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996, p.111)

De início, com base nas investigações das autoras, entendemos que a *ausência de capacitação* é uma condição que esteve inerente ao trabalho inicial e emergencial neste campo, sendo um fator que faz a categoria sentir que sua intervenção é precária ou que não possuem competência para responder neste campo. Entretanto,

[...] No que se refere às assistentes sociais nota-se que não existia qualquer movimento por parte da categoria em conhecer a realidade do território, o seu campo de atuação, não havia manifestações em propor, solicitar a universidade grupos de estudos sobre mineração, não existia solicitação ao CRESS de cursos de capacitação sobre tal temática, enfim não existia uma mobilização por parte da equipe em procurar saídas ou mediações para responderem tal demanda. (CARMO, 2021, p. 72)

Apesar de, como já fora citado anteriormente, a formação em serviço social estar a priori ancorada em Núcleos de Fundamentação (vida social; formação social; trabalho profissional), que prepara a profissão na construção de propostas às demandas, ainda assim se vê como um desafio a falta de *preparo técnico instrumental prévio* mais assertivo acerca do tema a fim de qualificar a atuação. Passados muitos anos do rompimento da barragem de Fundão, que foi o marco de início do trabalho de assistentes sociais com atingidos de barragem em Mariana, a categoria se viu na emergência de procurar junto à universidade e prefeitura um preparo especializado para a atuação neste campo.

O *imediatismo* em que são pautadas as ações com atingidos é uma condição que desencadeia outros inúmeros obstáculos ao fazer profissional. Pois na maioria das vezes, até o momento atual, o trabalho de assistentes sociais tem se iniciado apenas após rompimento ou risco de se romper uma barragem no município. E nesse sentido, as ações emergenciais têm sido marcadas por um *trabalho focalizado e eventual*, são ações sem continuidade que não propiciam resultados competentes. Sabemos, a partir das análises bibliográficas, que a ação emergencial é fundamental e tem relevância no trabalho profissional e na construção de respostas, mas o trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos costuma ser solicitado apenas em momentos de emergência e não costuma ser compreendido como necessário na gestão e planejamento das ações pré desastres e posteriores ao atendimento imediato, na contramão deste processo, temos o trabalho das Assessorias Técnicas Independentes, que acompanha os atingidos no pós, e tem acompanhado pré possíveis desastres também. Dutra (2020), chama atenção ao destacar que a crítica está na

forma como o Serviço Social se insere, ou seja, predominantemente de maneira descolada das outras etapas que envolvem a gestão dos desastres, à mercê das ordens e interesses de outros profissionais, sem planejamento das atividades e acompanhamento posterior dos usuários atendidos. Nota-se que essas questões são alimentadas pela própria visão reducionista dos desastres. A aproximação de uma outra visão, que concebe o desastre como um processo mais relacionado aos mecanismos produtores de desigualdades do que, propriamente, aos fatores físicos desencadeantes, contribui para que a intervenção profissional, mesmo em momentos de emergência, ocorra em outros moldes e que ocorra também em outras etapas do que denominamos de gestão de desastres, possibilitando recompor a perspectiva de totalidade. (DUTRA, 2020, p. 10)

Partindo de uma situação hipotética, mas que acontece de forma recorrente segundo relatos de assistentes sociais, podemos visualizar como o trabalho fragmentado fere as normativas da profissão. Um atingido sofre inúmeros impactos como perder seu local de pertencimento, perder seus amigos e familiares, perder sua fonte de renda - a qual muito provavelmente advinha de um trabalho que realizou por anos, sendo o único que sabia fazer com maestria - e, para obter reparação, como aconteceu com atingidos de Fundão, por

exemplo, recebe a assistência imediata de uma assessoria por meio de *ações objetivas e institucionalizadas* para mitigar estes impactos emergentes no momento. No entanto, tais impactos - como já vimos neste trabalho - ocasionam problemas psicológicos aos atingidos, que tem o direito de buscar assistência por meio da rede socioassistencial do município, por exemplo o CAPS.

Seria as/os assistentes sociais do CAPS, que recebem esta nova demanda, capazes de responder às demandas dos atingidos? Segundo a formação acadêmica que recebemos, sendo um profissional compromissado com o PEP, ele terá condições a partir dos instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operativos de responder às demandas das expressões da “questão social” do atingido, todavia terá *dificuldades para apreender a totalidade* de um indivíduo que está exaurido de relatar suas vivências e seus problemas advindos do mesmo causador, se não garantido na formação, por exemplo, os espaços de debate e leitura sobre a temática.

Neste caso hipotético, vemos que a empresa, que é o causador de tais problemas na vida do atingido, acaba por - de maneira velada - *setorizar suas demandas*, transferindo-as para a rede socioassistencial do município, essas *ações sem continuidade* tendem a gerar *respostas fragmentadas*, além de *sobrecarregar o sistema* de proteção social do município, que já se encontra em alta demanda de famílias referenciadas no sistema. Um profissional sobrecarregado, que é a realidade encontrada neste campo, não tem condições éticas e técnicas se voltam para o possível - que é um rendimento ostentado em números de atendimentos realizados-, tampouco com o que a normatização da profissão o propõe, seguindo o Código de Ética.

A alta demanda acaba por exaurir a categoria que atua neste campo, portanto se torna uma dificuldade ainda maior apreender com totalidade os casos apresentados em seu campo de trabalho, bem como o trabalho a partir dos fundamentos que poderiam contribuir na construção de respostas em momentos emergenciais que vão atender de forma integral às expressões da “questão social” vigente. Assim, temos sujeitos individuais e coletivos sendo culpabilizados pela sua situação de atingidos, visto que o próprio sistema não é capaz de construir respostas satisfatórias a fim de mitigar os impactos na vida desses indivíduos.

O *teor conservador* presente nas instituições tanto privadas mas principalmente públicas traz uma visão da profissão reduzida ao *voluntarismo*. Essa ideia de que a categoria atua em forma de solidariedade social e não como uma profissão competente na viabilização de direitos pode acabar em *auto responsabilizar os sujeitos*. As *ações patrimonialistas* e o *assistencialismo* passam uma ideia de que o profissional está a fazer favores e que o cidadão

tem culpa sobre sua situação de exploração, opressão, violação de direitos. Segundo o CFESS Manifesta (2022):

Tem sido presente no exercício profissional nas situações de calamidades - desde os rompimentos de barragens, pandemia, deslizamentos de terra, enchentes, etc; - uma cultura voluntarista, em que valores pessoais e religiosos, compreensões equivocadas de solidariedade, compaixão, generosidade são enaltecidas, em detrimento dos valores ético-políticos profissionais presentes no Código de Ética. Pode haver também uma percepção equivocada do Código de Ética, que, ao atuar em calamidades, a categoria está “promovendo o bem comum”, reforçando, inclusive, uma imagem conservadora da profissão. (CFESS Manifesta, 2022)

Essa característica imposta ao Serviço Social e presente mesmo após sua renovação nos afasta do nosso propósito de contribuição na perspectiva da emancipação humana. Bem como a *burocratização institucionalizada* inerente ao trabalho realizado nesses espaços, que reconhecemos ser necessária para fazer valer as leis, mas nos limita a uma abordagem hegemônica e que constrange o indivíduo.

Outro dilema que assola a atuação de assistentes sociais em territórios atingidos por barragens é o *envolvimento da empresa* nas práticas profissionais, tanto da empresa causadora do caos, quanto das instituições contratantes. O trabalho nessas situações, como já vimos é reduzido a uma simples *tradução de linguagem*, portanto não respeita as atribuições e competências profissionais e muitas das vezes obriga o profissional a realizar *ações clientelistas* que colocam nossa profissão em posição de *subalternidade técnica e social*. Uma das entrevistadas por Estevão (2021) relatou que o trabalho imediato ao rompimentos de barragem consistia em um grande número de cadastros tendo como o maior desafio “*ouvir diversas violações de direito humanos e naquele momento simplesmente registrar, não nos era permitido qualquer tipo de intervenção*” (ESTEVÃO, 2021, p. 64).

A escuta técnica e o acolhimento humanizado são de extrema importância na atuação profissional, mas ter o trabalho reduzido a isso torna - o inexpressivo em relação à potencialidade que pode ter em momentos de reparação, diante das inúmeras possibilidades que a profissão pode construir. Carmo (2021) cita, a partir de Iamamoto (2004), que:

durante o período em que o profissional está inserido no mercado de trabalho sua atividade é socialmente apropriada pelo empregador, “ou seja, o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente de estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções” o que autora classifica como: “o peso do poder institucional”, diante da intensificação e precarização do trabalho (CARMO, 2021, p. 72).

Contudo, temos aqui os principais limites identificados a partir da análise bibliográfica: ausência de capacitação continuada; ausência de debate na formação profissional sobre mineração e trabalho profissional, imediatismo; conservadorismo;

burocratização; envolvimento e controle das empresas; problemas no diálogo entre a rede; limites de participação e articulação das lutas juntos aos atingidos; tecnicismo; clientelismo, patrimonialismo; ausência do planejamento do trabalho e vinculação da profissão a ideia de trabalhar somente no pós-desastres. Todos esses fatores se relacionam com a *autonomia relativa* de assistentes sociais em seu trabalho, bem como na participação que esperamos construir juntos aos sujeitos em momentos de reparação.

Vemos que todos os dilemas e limites estão interligados. As determinações destacadas - se partirmos do pressuposto de que o sistema as planeja e necessita delas para se impor - de todo o sistema coexistem e é uma tarefa árdua solucioná-las, visto que não dependem somente do trabalho da categoria. Sabemos que estes desafios são impostos aos assistentes sociais em inúmeros outros campos, ainda assim, percebemos em como acontecem de forma ainda mais institucionalizada e enraizada na região de Mariana.

2.3.2 Possibilidades no trabalho profissional em territórios atingidos.

Sabemos que os limites a serem enfrentados no cotidiano profissional são muitos. Tal entendimento toma como pressuposto a própria lógica do trabalho assalariado no capitalismo. Ainda assim, reconhecemos que é possível que as/os profissionais criem alternativas na atuação para driblar os obstáculos que a permeiam. De acordo com as bibliografias analisadas, podemos identificar possibilidades no trabalho que podem contribuir para um exercício profissional comprometido com o PEP. Tal pressuposto se assenta na máxima já elaborada por Iamamoto (2007), sobre as contradições presentes no trabalho profissional, o que implica negar leituras e apostas fatalistas e/ou messiânicas. Afinal, conforme destaca a autora:

O projeto profissional reconhece o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade, capaz de projetar seu trabalho e buscar sua implementação por meio de sua atividade. Esta condição é tensionada pelo trabalho assalariado que submete esse trabalho aos dilemas da alienação, visto que ele se realiza submetido ao poder dos seus empregadores, o que restringe a relativa autonomia do assistente social. as diferenciadas condições e relações sociais que envolvem esse trabalho redimensionam socialmente o significado das projeções profissionais, cuja viabilização é determinada por condicionantes que ultrapassam os indivíduos singulares, ao materializarem interesses dos sujeitos contratantes. É, nesse campo de tensões, que se realiza o trabalho profissional carregando, em si, as contradições sociais atinentes a qualquer trabalho na sociedade capitalista [...] (IAMAMOTO, 2015, 337).

Como tarefa que acreditamos ser essencial para atingir os objetivos do Serviço Social, temos a *qualificação dos/as discentes* durante a graduação de forma mais focada ao tema de trabalho em territórios atingidos por desastres e mineração. A partir dos fundamentos

teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, construir junto a universidade alternativas para viabilizar o trabalho crítico. É importante que na grade curricular estejam presentes matérias que perpassam a temática e deem uma melhor visão de como é o campo em que assistentes sociais vão se inserir.

Assistentes sociais devem conhecer as particularidades do campo de atuação em que vão atuar e, para isso, discentes devem ter contato com essas singularidades em toda a sua formação. Projetos, oficinas e especializações junto aos profissionais já formados na área também se mostram de extrema importância, esse *diálogo entre a universidade e a categoria* é impreterível para garantir uma *educação continuada* que construa respostas qualificadas às demandas postas. Se torna importante exigir da prefeitura capacitações prévias ao trabalho com atingidos, articular junto aos NAS, CRESS, UFAs, etc..

Além disso, uma frente importante nesse trabalho é a articulação com os *movimentos sociais*, como prevê a normativa da profissão. A consciência coletiva nos dá a oportunidade de fugir da ótica da individuação e é com o auxílio da *participação popular* que conseguimos enxergar com clareza a luta pela qual estamos fazendo parte. Segundo Estevão (2021, p. 80), “*assim como nas políticas de assistência, é necessário que todo o processo de reparação dos/as atingidos e atingidas seja pensado juntamente com os mesmos, sendo extremamente importante a participação destes sujeitos na elaboração de documentos decisórios, como previsto pelo TTAC*”. Deve ocorrer durante todo o trabalho no território, independente da instituição, uma articulação com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Atingidos por Mineração (MAM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros movimentos de lideranças sociais.

É a partir da compreensão de que o trabalho do/a assistente social não se limita somente à instituição ou a política pela qual foi contratado que se torna possível vislumbrar essas inúmeras outras possibilidades de trabalho junto a movimentos sociais (SILVA, 2018, p. 10, apud. ESTEVÃO, p. 75)

Para enfrentar essa ótica de trabalho setorizado e focalizado, muito presente nas assessorias mas também em toda a rede, é necessário que as/os assistentes sociais façam parte do *planejamento* das ações, tanto na *gestão dos desastres e calamidades* articulado com a defesa civil, quanto no trabalho em sua integralidade. A elaboração, avaliação e execução de projetos deve ter o acompanhamento e participação de assistentes sociais a partir de uma análise crítica e dimensão investigativa para que construa respostas satisfatórias. Tal instrumento previsto nas atribuições da profissão se torna essencial para lutar contra o imediatismo no trabalho, é necessário trabalhar nas respostas também posteriores aos impactos:

É nessa direção que é preciso defender a continuidade das ações, visando a enfrentar a realidade vivenciada após o momento de emergência, quando a mídia para de noticiar, o imediato passa e a realidade dos sujeitos e da família permanecem. O que se observa é a sobrecarga das equipes e dos serviços - já que as expressões da “questão social” se agravam e mais famílias precisam das políticas sociais. E as demandas ocasionadas pelas situações de calamidades, em sua maioria, não foram atendidas, quando muito, apenas parte das demandas. (CFESS MANIFESTA, 2022)

Estevão (2021) nos fala sobre a importância de um diálogo entre a rede socioassistencial e as assessorias, outra frente importante que pode ser capaz de construir possibilidades no que tange a reparação integral da população atingida:

O trabalho em rede é uma chave central para o trabalho nas assessorias. Inclusive se considerarmos, conforme nos alerta Bravo e Matos (2010), que uma das tarefas de assistentes sociais das assessorias vinculadas as ONGs é enfrentar a lógica de defesa de redução da esfera estatal. Para Auxílio Financeiro “a relação entre a Assessoria e a rede tem se fortalecido com o tempo. Com o passar dos anos, fica cada vez mais evidente a necessidade da rede intervir e acompanhar de forma mais efetiva os desdobramentos impostos pelo crime continuado” (ESTEVÃO, 2021, p.78).

São necessárias condições *éticas e técnicas* para *apreender a totalidade* dos sujeitos individuais e coletivos por meio das alternativas supracitadas em conjunto de um olhar crítico da realidade. Essa perspectiva de totalidade se mostra como componente fundamental na construção de respostas e na continuidade das ações. O *acompanhamento continuado* é um direito da população e um instrumento necessário para um trabalho mais assertivo. A intervenção contínua gera melhores resultados às demandas.

Para auxiliar nesse processo temos a dimensão investigativa como fator primordial neste espaço de atuação, é necessário questionar, problematizar e testar experiências de trabalho a ser realizado, indo em contramão ao que as instituições consideram ser nossas atribuições e competências:

Iamamoto (2007, p.144), afirma que é necessário nos livrarmos das amarras da competência institucionalizada que nos subordina indo na contramão da direção social e defendermos uma “competência que contribua para desvelar os traços conservantistas ou tecnocráticos do discurso oficial, recusa o papel de tutela e controle das classes subalternas em seus diferentes segmentos e grupos[...]”. (CARMO, 2021, p. 76)

Temos então significativas possibilidades de trabalho em territórios atingidos por mineração/barragem: o compromisso ético-político com a qualificação profissional permanente; a articulação junto aos movimentos sociais; a participação em espaços, momentos e lutas organizados pelos atingidos; o planejamento das ações e projetos nos territórios com vistas a preparar para possíveis desastres; tomar como pressuposto a perspectiva de totalidade; a intervenção/acompanhamento continuado.

Estevão (2021) nos possibilita enxergar as principais atribuições e competências de assistentes sociais em espaços de assessorias técnicas, a autora alocou-as de forma sintetizada em suas respectivas dimensões (três) do trabalho profissional.

Em relação a *dimensão teórico-metodológica* a autora nos fala sobre a importância de análises a partir da totalidade, partindo da sociedade capitalista, formação social brasileira, mineração e rompimento de barragens. Já sobre as questões do trabalho vinculadas a *dimensão ético-política*, a autora fala de intencionalidade em ações/análises mediadas pelo PEP e Código de Ética, nisso temos a grande importância de uma articulação com movimentos sociais e bandeiras de lutas. Em relação à *dimensão técnico-operativa*, temos vastas questões de trabalho: atendimento e acolhimento de demandas; mapeamento do campo de trabalho e suas demandas; identificação das expressões da “questão social” que existem no espaço; estudo das expressões da “questão social” que se apresentam no campo de trabalho trabalho de base/formação com os atingidos/as; construção e elaboração junto aos atingidos/as de medidas de reparação; articulação com a rede socioassistencial; reuniões em grupo; coleta de termos; elaboração de parecer e notas técnicas; e relatório para o Ministério Público e/ou Defensoria Pública.

Segundo a autora, é importante nas assessorias - e aqui consideramos que não somente - a construção de um trabalho profissional ancorado em três eixos não hierárquicos, sendo eles: a) atuação junto aos movimentos sociais, b) trabalho junto a rede socioassistencial e c) atendimento direto aos atingidos. É o que também percebemos a partir da análise de Dutra (2020):

A busca pela efetivação do projeto profissional do Serviço Social deve ser constante e permear as práticas profissionais cotidianamente, por meio do diálogo e do esclarecimento sobre posições, seja junto aos usuários, seja em meio aos outros profissionais e lideranças com os quais o assistente social lida em seu exercício profissional. (DUTRA, 2020, p. 12)

CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a fazer uma pesquisa em torno do trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens a partir de uma reflexão crítica das possibilidades de trabalho junto às/aos atingidas/os pela barragem de Fundão em Mariana - MG. Desvendando a formação sócio-histórica do território, analisamos os limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração e/ou barragens, particularmente em Mariana - MG, a fim de contribuir para um exercício profissional comprometido com o projeto ético político. Segundo Estevão (2021):

Estar inserido em um novo campo de trabalho lidando com uma das faces mais cruel do capitalismo é um “fardo” muito pesado, por isso urge a necessidade de uma leitura crítica da realidade para que consigamos compreender, assim como Mascarenhas (2021, p. 8) nos expôs, que “é necessário assimilar que o monstro, longe de ser novo e de padrão estadual e/ou nacional, é gestado, assim como todas as outras atividades produtivas, à garantir, no marco do território, a lei geral de acumulação capitalista, pois “[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, [1890] 2017, p. 719) (MASCARENHAS, 2021, p. 8). (p. 70)

No primeiro capítulo, realizamos o papel de refletir sobre a formação sócio histórica do território atingido e desvendar as expressões da “questão social” e “questão ambiental” ocasionadas pela economia baseada na extração mineral. Mariana é marcada pela mineração desde sua formação e, com isso, a dependência econômica e política assola o município. Entendemos que todo o caminho de habitação da região explica a situação em que vivemos hoje, toda construção do território se fez em volta da economia vigente e pensada para a sua viabilização, nunca para o bem estar da população. Vimos como a política é guiada pela economia e pelas empresas mineradoras e seus empreendimentos, fazendo com que as escolhas políticas sejam voltadas a favor da mineração.

Consequentemente, a população se vê refém das empresas, todo o seu modo de vida é demarcado pelas atividades minerárias, a minério-dependência assola a região de forma a devastar a liberdade das comunidades em escolher o seu modo de viver. A partir do caminho percorrido na história para entender a mineração como dominadora do território, da economia, da política e do povo, reconhecemos toda a população da região como atingida, tanto os atingidos diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão, bem como os atingidos indiretamente, o que inclui também as/os assistentes sociais inseridos neste campo.

No segundo capítulo, estudamos sobre o trabalho de assistentes sociais com populações em meio a conflitos socioambientais a fim de trazer estratégias de atuação para situações de rompimento de barragem e/ou nos territórios atingidos pela mineração. A partir

da análise bibliográfica acerca do tema, identificamos os dilemas de atuação e possibilidades para respostas profissionais junto ao trabalho com atingidos pela mineração.

A partir da análise pudemos entender as particularidades do exercício profissional em territórios minerados, considerando os limites postos à atuação e avaliando estratégias para a construção de respostas qualificadas às expressões da “questão social”. Entendemos que muitos dos dilemas fogem do controle do profissional e são impostos pelas instituições contratantes, que acabam por ferir a autonomia relativa de assistentes sociais.

Além das inúmeras particularidades neste campo, percebemos que muitos limites impostos estão presentes na história do Serviço Social e em inúmeros campos, como o teor conservador das instituições, sendo estes limites apenas agravados pela emergência das demandas postas. Ainda assim, concluímos que a luta por um trabalho de acordo com o que é proposto pelo Código de Ética deve permanecer firme, em busca de autonomia para romper com a subalternidade que nos impede de desenvolvê-lo.

Identificamos algumas possibilidades de trabalho em territórios atingidos por mineração/barragem, tendo em destaque: o compromisso ético-político com a qualificação profissional permanente; a articulação junto aos movimentos sociais; a participação em espaços, momentos e lutas organizados pelos atingidos; o planejamento das ações e projetos nos territórios com vistas a preparar para possíveis desastres; tomar como pressuposto a perspectiva de totalidade; a intervenção/acompanhamento continuado.

Com o estudo, entendemos a importância do trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos, a categoria tem um papel fundamental na reparação em auxiliar na construção de respostas às suas demandas, auxiliar na organização da luta e trabalhar em busca da viabilização do acesso aos seus direitos.

A partir dessa pesquisa, outros questionamentos surgiram. Mostrou-se importante estudar a fundo o impacto da mineração no trabalho em empresas privadas, que demonstrou ferir a autonomia dos profissionais da categoria. Estaria o trabalho dos profissionais dessas empresas sendo respeitado? Como desenvolver alternativas visando a viabilização de direitos e a contribuição para a emancipação humana dos sujeitos sem colocar em risco o seu vínculo trabalhista? Como apreender a totalidade dos indivíduos tendo em vista a sobrecarga de demandas a responder e metas a se cumprir?

Concluímos sabendo que essa pesquisa não vence a constante necessidade de mais conhecimento acerca do tema, pelo contrário, a partir da análise do trabalho de assistentes sociais, pudemos perceber a urgência de produções a respeito do exercício profissional nessas particularidades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo. 2015. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BMS, Equipe. Mariana arrecada R\$ 236 milhões da taxa de mineração em 2021, mais que o dobro de 2020. Brasil Mining Site. 14 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://brasilminingsite.com.br/ariana-arrecada-r-236-milhoes-da-taxa-de-mineracao-em-2021-mais-que-o-dobro-de-2020/>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

CAPANEMA, Carolina. Minas Gerais: vocação mineradora ou autodestruição? Brasil de Fato MG, Belo Horizonte, 24 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2021/03/24/artigo-minas-gerais-vocacao-mineradora-ou-autodestruicao>>

CARRARA, Virgínia Alves; MARTINS, Sara Araújo; TOMAZ, Cristiane Silva. A ofensiva predatória do capital e o trabalho do assistente social: reflexões a partir do crime da Samarco em Mariana. In: HORST, Claudio Miranda; CARRARA, Virgínia Alves. “Questão Social”, Mineração e Serviço Social. Editora UFOP. Ouro Preto, 2023.

CARMO, Marcilene Silva. O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos por barragens no município de Mariana/MG: Reflexões a partir do estágio supervisionado na assistência social. Mariana, 2021.

CFESS Manifesta. O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades. Série Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional. Brasília (DF): 21 de março de 2022.

CHEREM, Carlos Eduardo. UOL. Mariana - MG, 06 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/06/sem-alarme-aviso-sobre-rompimento-de-barragens-foi-feito-por-telefone.htm>>

CIPRIANO, Tamires da Silva. Marco Legal e crime minerário em Mariana. Mariana - MG. 2019.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência e alternativas em economias locais. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(3), 1-8. 2017.

COELHO, Tádzio Peters. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. Dossiê. 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Coelho-2019-Minero-depend%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em 04 de maio de 2023.

DUTRA, Adriana Soares. Onde estamos e para onde vamos? Notas sobre o exercício profissional de assistentes sociais em desastres. Textos & Contextos. Porto Alegre: 30 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33974/26266>>

ESTEVAO, Thatiele Monic. O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Mariana/MG. 2021.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. São Paulo: L&PM, 2010.

HUGO, Rinara Santos. A construção social da comunidade Vila Nova em Mariana - MG no espaço da mineração: uma perspectiva dos antigos moradores. Ouro Preto: 2017.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. O Serviço Social no processo de Reprodução das Relações Sociais, Capítulo 2. In: Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2020. P. 34-61.

KAWAGUTI, Luis. Um tremor de terra pode ter destruído as barragens em Mariana? BBC Brasil. São Paulo: 6 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151105_tremor_barragem_lk>. Acesso em: 27 de abril de 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. 10. ed. Florianópolis. Revista Katálisis. 25 de setembro de 2007.

LOPES, Valquiria. Samarco admite falha na barragem que causou tragédia em Mariana. Estado de Minas. 30 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/08/30/interna_gerais,798841/samarco-admite-falha-na-barragem-que-causou-tragedia-em-mariana.shtml>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

MELAZZO, Everaldo Santos; NASCIMENTO, Paula Fonseca. Território: conceito estratégico na assistência social. Serviço Social Revista. Londrina, V. 16, N.1, P. 66-88, JUL./DEZ. 2013. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/07062016082301-atualiz.vigilancia.recife.13.a.17.06.2016.8.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

MELLO, Alessandra. Mineradoras financiam políticos. Estado de Minas. 15 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/15/interna_gerais,708080/mineradoras-financiam-politicos.shtml>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

MENDES, Daniela Leonel de Paula. Serviço Social e cotidiano: reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. Juiz de Fora: 2014.

NUNES, Alice. Autogestão e autonomia do sujeito em reassentamento de atingidos por rompimentos de barragens ocorridos em Mariana-MG e Brumadinho-MG, nos anos de 2015 e 2019: Análise Crítica do papel das Assessorias Técnicas junto aos atingidos. Ouro Preto, 2021.

RIBAS, Mariana. Quais os limites entre lobby, representação comercial e corrupção? JOTA. 07 de setembro de 2021. Disponível em:

<<https://www.jota.info/legislativo/limites-lobby-representacao-comercial-corruptao-07092021#:~:text=Lobby%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20crime,ilegalidade%20ou%20abuso%20de%20poder%E2%80%9D>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2023.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 38, p. 269-297, Apr. 2017.

PIMENTEL, Thais. Cinco anos depois da maior tragédia ambiental do país, que matou 19 pessoas em Mariana, ninguém foi punido. G1 Minas. Belo Horizonte: 29 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/10/29/cinco-anos-depois-da-maior-tragedia-ambiental-do-pais-que-matou-19-pessoas-em-mariana-ninguem-foi-punido.ghtml>>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

POSSATO, Viviane. MP descarta abalos como causa de rompimento de barragem em Mariana. TV Globo Minas. 19 de fevereiro de 2016. <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/02/mp-descarta-abalos-como-cao-de-rompimento-de-barragem-em-mariana.html>

PRATES, Jane. Serviço Social e Pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto. El debate sobre las teorías críticas en la formación profesional. Porto Alegre/RS, 2012. Disponível em <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

SAMARCO Mineração. Audiência Pública Mariana 28/03/2023 - Processo SLA nº 3858/2022. Youtube, 28 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXBOCFhScSI&t=25s>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

SANTOS, Claudia. Mônica. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios da atualidade. Capítulo 10. In: Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo. Cortez, 2016.

SENRA, Ricardo. A mãe que sofreu aborto na lama e luta para incluir feto entre vítimas de Mariana. BBC News Brasil. São Paulo, 4 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37829548>> Acesso em: 04 de maio de 2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83. 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p. 1-7, ago. 2017.